

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Relatório em atendimento as metas 6 e 7
do Convênio Epagri/MDA 065/ 2006



Estado de Santa Catarina
Governador do Estado
Luiz Henrique da Silveira
Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Antonio Ceron
Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gelson Sorgato
Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri
Murilo Xavier Flores
Chefe do Centro de Estudos de Safras e Mercados - Epagri/Cepa
Airton Spies

Republica Federativa do Brasil
Guilherme Cassel
Ministro do Desenvolvimento Agrário

Coordenação
Econ. Janice M. Waituch Reiter -

Elaboração

Eng. Agr. Márcia Mondardo
Estatístico – Gilberto de Oliveira
Assist. Social – Salete Maria Cardoso Pereira
Filósofo – Ilmar Borchardt

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	6
3	METODOLOGIA	7
4	EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO PRONAF EM SC – 2000–2006	13
5	O PÚBLICO POTENCIAL PARA O PRONAF B	38
6	CONCLUSÃO	54
	BIBLIOGRAFIA	56
	Anexo – Questionário aplicado aos extensionistas	57

1 INTRODUÇÃO

Até início da década de 90, não havia política pública de abrangência nacional e tampouco recursos federais específicos que fossem direcionados ao atendimento dos agricultores familiares. Na realidade, até então não existia o próprio conceito de Agricultura Familiar. O agricultor familiar era considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural - MCR. Com isto, além de disputar os recursos de crédito com os demais produtores, ele era obrigado a submeter-se aos critérios e às rotinas bancárias voltadas ao perfil do grande produtor.

Em conseqüência de mobilizações e reivindicações dos agricultores familiares, e buscando superar estes problemas, foi criado em 1994 o PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, que trabalhava basicamente com créditos concedidos pelo BNDES. O PROVAP foi o embrião da primeira e mais importante política pública já criada para aquele segmento social, passando, dois anos depois, a constituir-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, cuja institucionalização ocorreu pelo Decreto Presidencial 1946, de 28 de julho de 1996.

No período inicial do PRONAF, para obter financiamento, o agricultor era obrigado a cumprir as seguintes exigências: apresentação de orçamento, plano ou projeto agropecuário; comprovação da aquisição de insumos e de pagamento do ITR - Imposto Territorial Rural - e adesão obrigatória ao zoneamento agrícola.

Os resultados alcançados na primeira fase do Programa foram modestos. Segundo avaliações internas do Banco do Brasil, houve uma baixa aplicação de recursos, poucos produtores foram atendidos e, devido aos requisitos colocados acima, ocorreu uma grande dificuldade de acesso aos financiamentos. Existiam muitas críticas, principalmente por parte das entidades representativas dos trabalhadores. O PRONAF era um programa de pequeno alcance, com condições muito próximas do PROVAP.

Em outubro de 1996, uma nova resolução do Banco Central define mudanças significativas nos procedimentos para o PRONAF: amplia-se o público beneficiário, passando a incluir as associações de produtores e cooperativas habilitados para o repasse dos créditos; ampliam-se os recursos; a adesão ao zoneamento agrícola deixa de ser obrigatória; não há mais necessidade de comprovar a aquisição de insumos e tampouco o pagamento de ITR; a obrigatoriedade de apresentação de orçamento, plano ou projeto é eliminada.

A ampliação do Programa para áreas de investimentos, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, momento em que o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional.

A aparição do PRONAF marca, portanto, um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil, ao mesmo tempo em que legitima uma nova categoria social – os agricultores familiares – que era marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola vigente até então.

Após 10 anos de execução, não há dúvidas de que o Programa se consolidou como a principal política pública nacional voltada para a Agricultura Familiar, cuja dimensão na economia brasileira pode ser visualizada quando se sabe que esta é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% de fumo, 84% de mandioca, 31% de arroz, 52% de leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% de café e 32% de soja. Ocupa 30,5% da área dos estabelecimentos rurais, produz 38% do valor bruto da produção nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.

Santa Catarina é o terceiro estado na captação de recursos do Pronaf, atrás do Rio Grande do Sul e Paraná, ocupando este lugar no ranking de 2000 a 2006, período que abrange este estudo. A participação foi de, no máximo, 13% na safra 2000/2001 e mínimo de 9,3% na de 2005/2006. O Programa formalizou, de 1996 a 2006, mais de 1 (um) milhão de contratos, nos quais foram aplicados cerca de 3,5 bilhões de reais para o financiamento da

produção agropecuária. Paralelo a isso o PRONAF financiou, no Estado, centenas de projetos de infra-estrutura, pesquisa e extensão rural, bem como capacitação de agricultores familiares e técnicos.

Resta saber como foi o comportamento do programa em Santa Catarina e se os estímulos oferecidos por ele têm atingido adequadamente a agricultura familiar catarinense. Esta é a resposta que, em síntese, o presente trabalho busca responder.

Como forma de buscar esta resposta, bem como verificar possíveis efeitos do PRONAF na Agricultura Familiar, o Epagri/Cepa desenvolveu o presente estudo, cujo objetivo central é conhecer a efetividade do Programa no que se refere aos ganhos na produção agropecuária e nos indicadores sócio-econômicos das famílias catarinenses beneficiadas.

Considerando que a participação mais expressiva do PRONAF em Santa Catarina, no período definido para este estudo (2000/06), quer em número de municípios ou de agricultores familiares atendidos, como também em valor investido, foi o componente Financiamento da Produção Agropecuária e, devido à necessidade de delimitar o tema a ser estudado, o presente trabalho tem como foco o componente acima mencionado, dentro do qual se analisou o desempenho do Programa relativo aos financiamentos das modalidades - investimentos e custeio (grupos A, A/C, B, C, D, E).

Para facilitar a análise dos indicadores definidos pela metodologia e a apresentação do trabalho, este está organizado em três blocos, como segue:

- **Evolução do Pronaf em Santa Catarina – 2000 a 2006**

Este bloco consiste, primeiramente, na análise temporal do comportamento dos diversos grupos de enquadramento (A, A/C, B, C, D e E), em número de contratos e no montante financiado de 2000 a 2006 em Santa Catarina e na comparação deste com o comportamento temporal em nível de Brasil, assim como na proporção de contratos e de valor financiado para custeio e para investimento.

- **Caracterização dos beneficiários do Pronaf em Santa Catarina.**

Consiste na caracterização dos beneficiários do Pronaf e na comparação entre o conjunto de beneficiários e não-beneficiários do Programa, através de um rol de variáveis do Lac, as quais permitem uma qualificação sócio-econômica e uma quantificação em termos produtivos, que possam identificar diferenças entre os dois conjuntos.

- **Impactos do Pronaf em variáveis selecionadas**

Consiste na verificação dos possíveis impactos do Pronaf em alguns indicadores sócio-econômicos (PIB, ICMS, quantidade produzida de alguns produtos financiados etc.).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Conhecer a efetividade do Pronaf como política pública, no que se refere aos ganhos na produção e nos indicadores sócio-econômicos dos agricultores familiares catarinenses beneficiados com o programa, em âmbito municipal e estadual.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a evolução dos contratos de financiamento da produção agropecuária, em Santa Catarina, nos diferentes grupos e modalidades, no período de 2000 a 2006, em âmbito municipal e estadual;
- identificar a relação existente entre o desenvolvimento econômico do município, no que se refere ao setor agropecuário (municípios onde os produtores utilizaram o Pronaf intensamente X municípios onde poucos o utilizaram), e o respectivo nível de adesão ao Pronaf, em âmbito municipal;
- quantificar as famílias que estão sendo atendidas pelo Pronaf “B” e o que estas representam no universo das que estão habilitadas a beneficiar-se do programa;
- conhecer o perfil dos beneficiários e de suas famílias;
- verificar se há diferença na produção e produtividade, bem como em outras variáveis sócio-econômicas, entre os agricultores familiares tomadores e não-tomadores de financiamento junto ao Pronaf, em que medida essas variáveis são positivas e se o seu efeito pode ser atribuído ao programa;
- conhecer como ocorreu a distribuição dos contratos e recursos do Pronaf entre os municípios catarinenses, no período de estudo (2000/06);

3 METODOLOGIA

A elaboração da metodologia para tratamento dos dados do trabalho teve como referencial seus próprios objetivos. Em grandes linhas, buscava-se:

- obter um diagnóstico da aplicação do programa, enfocando a caracterização de seus usuários e respectivas repercussões sócio-econômicas;
- avaliar especificamente o Pronaf “B”, no sentido de identificar possíveis entraves à sua aplicação e as respectivas causas, além de dimensionar o seu público potencial.

Assim desenvolveu-se uma proposta metodológica compatível com tais condicionantes e com o foco de avaliação direcionado aos efeitos do programa sobre o financiamento da produção, que é constituída de dois módulos: o primeiro apresenta as bases de dados utilizadas na geração de indicadores e informações de suporte ao processo analítico, identificando-as e explicitando suas características; o segundo, a descrição dos procedimentos para aplicação aos respectivos dados.

Além disso, o segundo módulo apresenta-se subdividido em duas sistemáticas distintas, posto que o foco e o nível de abrangência dos dois objetivos básicos diferem substancialmente entre si, requerendo, portanto, metodologias específicas.

Como é usual acontecer, quando da aplicação de metodologias propostas, previa-se a necessidade de proceder a adequações operacionais, em face de particularidades encontradas durante o desenvolvimento do trabalho, o que, sempre que ocorre, encontra-se devidamente explicitado.

3.1 Dados referenciais

O trabalho foi desenvolvido visando obter indicadores que, a partir de dados disponíveis em diversas fontes e bases de dados, fossem gerados segundo uma metodologia previamente definida. Com isto, obteve-se o necessário suporte para o alcance dos objetivos pretendidos. Para tanto, tomou-se como informações referenciais os conjuntos de dados segundo a descrição a seguir.

3.1.1 Base de Dados 1 do MDA

Contém o número e o montante dos contratos efetuados pelo Pronaf, por município, no período 2000-06, ano a ano, segundo os enquadramentos e as modalidades que integram o programa. Tais dados são fornecidos ao MDA pelo Banco do Brasil.

Esta base não detém informações em nível de contrato, não disponibilizando, portanto, nenhum dado relativo aos efetivos tomadores de empréstimos, de forma individualizada. Assim, não se tem, por exemplo, as informações sobre renda, valor do empréstimo, histórico do pagamento da dívida, saldo devedor etc., de cada um dos usuários do Pronaf.

Segundo fontes do Banco do Brasil, apesar de ele dispor dessas informações, elas não podem ser liberadas ao ministério, por se tratar de dados de sigilo bancário (mesmo tendo em conta que os recursos do Pronaf pertencem ao Ministério da Fazenda e estão condicionados a um programa do MDA). Esta restrição implica não se dispor de dados que possibilitariam uma comparação entre tomadores e não-tomadores de empréstimos do Pronaf (identificados a partir de uma outra base de dados), em relação a variáveis como as que foram exemplificadas e a série temporal estabelecida para a avaliação.

3.1.2 Base de Dados 2 do MDA

Compreende o conjunto de dados contidos nas Daps, preenchidas de 2000 a 2006. Cada uma delas corresponde a uma proposta de empréstimo emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou pela Epagri, por solicitação dos potenciais usuários do programa.

A Dap é um documento que, quando preenchido, somente identifica e caracteriza o pretenso tomador de empréstimo, posto que apenas sua existência não garante a obtenção dos recursos. Estes somente são liberados após a aprovação do projeto técnico que embasa sua aplicação, ao qual a Dap se encontra anexada, a exceção dos empréstimos de crédito rotativo. Neste caso, a liberação dos recursos é embasada exclusivamente no conteúdo da Dap, dependendo apenas da aprovação pelo agente bancário. Por outro lado, uma Dap pode dar origem a mais de um empréstimo, uma vez que tem validade por um período de seis anos consecutivos.

Esta base, apesar de conter informações individualizadas (por tomador de empréstimo), corresponde apenas ao conjunto de unidades familiares que demonstraram **intenção** de fazer empréstimo através do programa. Portanto, não possibilita a identificação de quem efetivamente utilizou os recursos do Pronaf.

Tal restrição é altamente significativa, posto ser um fator limitante à verificação de diversos aspectos levantados por atores que atuam ou estão correlacionados, direta ou indiretamente, com o funcionamento do programa. Assim, a limitação considerada tende a impossibilitar as referidas verificações, as quais, por decorrência, necessitam ser obtidas a partir de levantamentos específicos. A título de exemplo, pode-se considerar pertinente, em face de suspeitas freqüentemente levantadas, verificar a existência de:

- tomadores de empréstimos sem necessidade do recurso com a finalidade de repasse a terceiros;
- usuários do Pronaf que, não podendo saldar a dívida na época prevista, procedem da seguinte forma: fazem empréstimos a juros de mercado em uma instituição financeira, saldaram o contrato do Pronaf, assumem novo Pronaf e saldaram o banco com este segundo empréstimo;
- empréstimos do Pronaf efetuados com uma finalidade agropecuária declarada na DAP, e os recursos efetivamente direcionados a atividades estranhas ao programa;
- tomador de recurso enquadrado acima de sua capacidade de pagamento (enquadramento superdimensionado);
- dificuldades burocráticas ou de qualquer natureza junto ao banco para a efetivação do financiamento.

Entretanto, em face das limitações quanto à disponibilidade de dados, não é possível verificar se as dúvidas relacionadas são efetivamente fatos.

3.1.3 Base de dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE)

Constitui-se de um conjunto de dados gerados a partir de informações do Censo Agropecuário de Santa Catarina de 2000, que correspondem a uma estimativa do número de agricultores que poderiam ser enquadrados como potenciais usuários do Pronaf “B”.

Apesar de tratar-se de dados que correspondem ao universo dos estabelecimentos agropecuários do Estado, com capilaridade municipal, esta Base de Dados tem o sério inconveniente de ser constituída de informações muito defasadas (oito anos). Mesmo disponibilizando de um indicador que responde a uma das principais questões da avaliação, é necessário considerá-la com certa reserva, uma vez que existe a possibilidade de seus números conterem distorções significativas em relação à realidade atual.

3.1.4 Base de Dados do LAC (Levantamento Agropecuário Catarinense – 2002)

É um conjunto de dados relativos ao levantamento censitário dos estabelecimentos agropecuários¹ de Santa Catarina em 2002, projeto este desenvolvido e implementado pela Secretaria de Agricultura do Estado e suas vinculadas. É composta por mais de 800 variáveis que englobam dados dos estabelecimentos, relativos;

- à identificação, localização e caracterização de cada unidade;

¹ Mesmo conceito utilizado pela Fundação IBGE.

- à condição de posse e utilização das terras;
- à composição das unidades familiares e mão-de-obra;
- à habitação e ao saneamento básico;
- à infra-estrutura produtiva;
- à produção animal e vegetal;
- à rastreabilidade de insumos e produtos;
- às receitas e despesas;
- à origem, utilização e ao manejo da água;
- ao saneamento ambiental;
- à indústria rural;
- à situação das florestas cultivadas;
- às plantas medicinais;
- à evasão rural;
- aos meios de comunicação.

Se por um lado se trata de uma base de dados que oferece significativas vantagens na sua utilização, com vistas ao presente trabalho, também apresenta alguns aspectos que tendem a limitar o alcance das suas informações. Assim, são características favoráveis à:

- capilaridade e representatividade das informações (dados de 187.000 estabelecimentos agropecuários dos 293 municípios do Estado de Santa Catarina);
- possibilidade da composição de dois subconjuntos de estabelecimentos agropecuários a partir do CPF dos agricultores: prováveis tomadores (cadastro de Daps) e não-tomadores de empréstimo do Pronaf, estabelecidos pela comparação com o conteúdo da base de dados descrita em 1.2;
- disponibilidade de dados referentes a variáveis correlacionadas com o objeto da avaliação (valor da produção, despesa, área e produção física, mão-de-obra etc.), possibilitando procedimentos comparativos específicos entre usuários e não-usuários do Pronaf.

Por outro lado, são fatores limitantes:

- a não-disponibilidade do CPF de um subconjunto de chefes de unidades familiares que dirigem estabelecimentos agropecuários, o que impede a respectiva identificação quanto a ser ou não usuário do Pronaf (observe-se que o levantamento era declaratório e sem obrigatoriedade de fornecer informações consideradas de caráter pessoal);
- a distorção e/ou falta de representatividade dos dados de algumas variáveis, em face da natureza de certos aspectos que integravam o levantamento (CPF, renda etc.), seja por uma parcela de seus dados ter sido informada de forma imprópria ou pela simples inexistência;
- a disponibilidade de dados com o nível de abrangência e detalhamento do Lac somente para 2002.

3.1.5 Dados de outras fontes

- PIB Agropecuário Municipal de 2000-04 – Epagri/Cepa e Secretaria de Estado da Fazenda.
- ICMS Municipal de 2000-05 – Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.
- Produção das principais explorações agropecuárias dos municípios catarinenses de 2000-05 – Fundação Ibge.
- Número de famílias beneficiadas pelo Banco da Terra de 1999-04 – MDA.

3.2 Proposta técnica de desenvolvimento

Ao definir a proposta de análise dos dados disponíveis, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos, evidenciou-se a necessidade de considerar previamente alguns fatores intervenientes na definição da sistemática a ser adotada. São aspectos que condicionaram a lógica de encaminhamento e a escolha das técnicas a serem aplicadas.

O primeiro deles diz respeito a pouca disponibilidade de tempo e de recursos financeiros para desenvolvimento do trabalho, de modo a abranger adequadamente todas as questões pertinentes à avaliação do programa. Assim, não foi possível obter muitas das informações consideradas importantes ao processo de análise, posto que, para fazê-lo, seria necessário implementar, dentre outros procedimentos, também pesquisas de campo. Estes levantamentos teriam que ser implementados através de processos de amostragem probabilística, uma vez que o número de elementos das populações que seriam consideradas inviabilizaria a aplicação de levantamentos censitários.

Por outro lado, os dados disponíveis (bases referenciadas no item 1) compreendem conjuntos de informações que englobam todos os elementos das populações a que pertencem. Esta característica é altamente vantajosa, uma vez que simplifica o processo de análise. Em tais condições, os parâmetros e indicadores gerados a partir de seus dados não estão sujeitos a erros de estimativa, posto que não estão condicionados a processos estocásticos.

Outro aspecto a considerar, dado à natureza da avaliação, diz respeito à formulação de hipóteses como mecanismo de suporte à definição dos métodos de tratamento das informações a serem analisadas. Com base nesta diretriz, os procedimentos propostos foram estabelecidos a partir de um conjunto de hipóteses formuladas em função dos objetivos do trabalho. Assim, entendeu-se que, de uma forma geral, as assertivas a seguir relacionadas possibilitam, através de sua constatação ou negação, obter as conclusões necessárias ao alcance daqueles objetivos. Sendo elas:

- os usuários do Pronaf tendem a ascender a melhores condições sócio-econômicas do que os não-usuários, no âmbito da agricultura familiar;
- o Pronaf contribui significativamente para o desenvolvimento municipal, o que transparece através de seus macro-indicadores;
- o banco tende a dificultar a obtenção dos recursos do Pronaf pelos agricultores pertencentes ao grupo de enquadramento “B”;
- a principal razão da baixa demanda por recursos do Pronaf “B” é o reduzido número de seu público potencial;
- o volume de contratos efetivados por município depende do número de agricultores existentes em cada um deles e das respectivas atividades agropecuárias desenvolvidas;
- o Pronaf constitui-se em um bom programa como política pública, devido a sua abrangência, capilaridade e capacidade de contemplar os diversos segmentos sócio-econômicos da agricultura familiar;
- O desempenho das atividades agropecuárias da agricultura familiar está relacionado com o volume de recursos disponibilizado pelo programa;
- O maior número de beneficiários do programa são os agricultores de mais baixa renda;

3.2.1 Diagnóstico da aplicação do programa

Considerando como meta o alcance do objetivo “a”, descrito no parágrafo inicial desta metodologia, foi proposta como metodologia para tratamento das informações correspondentes a análise da(s):

- evolução dos totais dos financiamentos, por grupo de enquadramento e por modalidade, no período 2000-06, a partir de análises gráficas de tendência e de comparações efetuadas entre as variações observadas em diferentes períodos da série temporal. Para tanto, considerou-se apropriada a simples utilização de análise gráfica (gráficos de linha e de coluna) associada a uma análise de estatísticas básicas a partir de uma estrutura tabular (médias, variações etc.);
- concentração espacial dos recursos, em âmbito municipal, levando em conta o número e montante dos contratos efetuados por município, segundo o grupo de enquadramento e a modalidade, buscando identificar possíveis fatores intervenientes. Com este objetivo, foi prevista a utilização de mapas do Estado, com aglutinação dos municípios segundo a distribuição dos montantes dos recursos em três categorias: baixo, médio e alto. Em paralelo, procurou-se identificar o grau de correspondência entre a referida junção de

municípios e uma outra obtida a partir de um conjunto de variáveis supostamente correlacionadas à demanda de recursos do Pronaf. Como meio de viabilizar esta segunda forma de aglutinação, foi considerada a utilização de técnicas de análise de conglomerados;

- representatividade do número de contratos e dos correspondentes recursos de cada grupo de enquadramento e modalidade (custeio e investimento) no todo das aplicações, no período considerado, analisando as participações através de setogramas;
- comparação entre os resultados obtidos nos procedimentos anteriores com as normas de enquadramento estabelecidas para funcionamento do programa, procurando avaliar o quanto do seu desenvolvimento está compatível com os critérios técnicos que o definiram;
- comparação entre o desempenho do programa no Brasil e em Santa Catarina, por grupo de enquadramento e modalidade. O foco da análise é a verificação do comportamento da aplicação do programa no Estado em relação ao seu desenvolvimento no âmbito nacional;
- comparação entre os conjuntos de tomadores potenciais e de não-tomadores de empréstimo, estabelecida a partir dos dados do LAC para identificar diferenças entre eles, as quais sejam decorrentes da aplicação do programa sobre os tomadores potenciais. Neste procedimento é utilizado um rol de variáveis que identificam e caracterizam os estabelecimentos agropecuários, bem como os enquadra segundo uma qualificação sócio-econômica e os quantificam em termos produtivos. Esta análise é direcionada no sentido de identificar diferenças significativas entre os dois subconjuntos, implementadas a partir de técnicas de análise uni e multivariadas;
- relações existentes entre alguns indicadores sócio-econômicos (PIB, ICMS, Valor da Produção de Explorações Agropecuárias etc.) e o valor dos recursos do Pronaf liberados aos usuários do programa. O pressuposto é de que, além de o montante dos empréstimos estar diretamente correlacionado àqueles indicadores, também é fator interveniente em seus desempenhos, podendo, portanto, ser considerado como uma das variáveis explicativas do comportamento daqueles indicadores ao longo do tempo.

Para a verificação destas hipóteses, é proposto o ajustamento de modelos uni e multivariados, análises de correlação e adoção de testes não-paramétricos, os quais buscam identificar se os dois subconjuntos considerados (usuários e não-usuários do Pronaf) constituem ou não subpopulações distintas entre si.

3.2.2 Avaliação do Pronaf “B”

A metodologia para dimensionar o público-alvo do Pronaf “B”, bem como para analisar o desempenho da aplicação do programa a este grupo de enquadramento, foi definida levando em conta as limitações já apresentadas anteriormente. Assim, para obtenção das informações desejadas, optou-se por utilizar, respectivamente, dois procedimentos:

- inferir o número de agricultores que se enquadram no perfil de possíveis usuários do Pronaf “B”, através de critérios e técnicas de estimação;
- elaborar e implementar uma pesquisa específica para obter informações de suporte à avaliação.

O primeiro deles compreende a estimação do número de agricultores com perfil de possíveis usuários do Pronaf “B”, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2000 e em conformidade com os dados do LAC e com os da pesquisa de avaliação.

Por sua vez, a pesquisa de avaliação foi definida de modo a obter, junto aos técnicos dos escritórios municipais da Epagri, um conjunto de informações relativas às hipóteses formuladas.

Esta formulação foi estabelecida em função dos objetivos a serem atingidos (item 2), além de disponibilizar, para efeito de comparação e ajuste, mais uma estimativa do número de possíveis usuários do Pronaf “B”.

Conforme ressaltado anteriormente, o ideal seria desenvolver e aplicar a pesquisa aos

demais atores envolvidos no programa (banco, sindicatos de trabalhadores rurais e usuários). Entretanto, os fatores limitantes já relacionados impediram sua concepção da forma mais apropriada.

Assim, foi elaborado um pequeno questionário (em anexo) contendo um rol de perguntas que, ao serem respondidas e devidamente apuradas, possibilitam a confirmação ou não das hipóteses formuladas e, por consequência, a obtenção das conclusões a respeito do que se pretendia com trabalho.

4 EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO PRONAF EM SANTA CATARINA – 2000–2006

Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf surge em 1996, numa época em que o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os principais problemas enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares.

Desde então, o Programa é a principal política pública do País voltada à agricultura familiar, tendo firmado em 10 anos (1996 a 2006), em Santa Catarina, mais de 1 milhão de contratos e investidos cerca de 3,5 bilhões de reais.

Após uma década de existência, passando por alterações e adequações, o programa combina na sua operacionalização quatro instrumentos básicos:

- a. financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do País;
- b. financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos territórios e municípios de todo País para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- c. capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d. financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e difusão de tecnologias para os agricultores familiares.

O PRONAF destina-se, portanto, ao apoio financeiro da produção, à capacitação e ao apoio à infra-estrutura social e econômica dos territórios rurais fortemente caracterizados pela agricultura familiar. Este apoio é dado às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, criando, dessa forma, condições para o fortalecimento e para a valorização da agricultura familiar, sua integração à cadeia de agronegócios, o aumento de renda e a agregação de valor ao produto e à propriedade, com a profissionalização e com a modernização de seu sistema produtivo. Embora seja um programa de fortalecimento da agricultura familiar, a maior parte de seus esforços e resultados, tanto em nível nacional quanto estadual, estiveram concentrados no crédito desde a sua criação.

4.1.1 Beneficiários

São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF os produtores rurais que se enquadram nos grupos abaixo, apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, emitida por órgãos oficiais e entidades representativas dos produtores autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SAF) e que atendam aos seguintes pré-requisitos:

- explorar a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- residir na propriedade ou em local próximo;
- ter o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento (pode manter até dois empregados permanentes e a ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade exigir);
- possuir no máximo 4 (quatro) módulos fiscais, ou seis módulos no caso de atividade pecuária (bovinocultura, bubalinocultura ou ovinocaprinocultura);
- ter Renda Bruta Familiar Anual proveniente de atividades do estabelecimento equivalente a no mínimo 30% quando enquadrado no Grupo B, 60%, no Grupo C, 70%,

no Grupo D e 80%, no Grupo E, cuja a renda anual familiar é oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento.

Quadro 1 - Parâmetro da renda bruta familiar anual - Safra 2006/07 (em R\$) para enquadramento

Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
Até 3.000,	De 3.001, até 16.000,	De 16.001, até 45.000,	De 45.001, a 80.000,

4.1.2 Outros beneficiários do Pronaf

São também beneficiários do Pronaf:

- pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável;
- silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- aqüicultores, maricultores e piscicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
- comunidades quilombolas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de produtos;
- povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e de beneficiamento e comercialização de seus produtos;
- agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais.

4.1.3 Linhas de crédito para financiamento da produção

De forma geral, os financiamentos da produção estão organizados em duas modalidades: **Custeio** com cinco linhas de crédito e **Investimento** com doze linhas, que atendem os diversos grupos de enquadramento, os quais são definidos de acordo com o nível de renda bruta familiar anual. Tal classificação diferencia a realidade de cada grupo social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam a auxiliar mais aquelas parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

4.1.4 Origem dos recursos

Os recursos destinados para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundos Constitucionais, Tesouro Nacional e Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2).

4.1.5 Operacionalização do Pronaf em Santa Catarina

A responsabilidade pela operacionalização do Pronaf, quando de sua institucionalização em 1996, era do Ministério da Agricultura. Em praticamente todos os estados brasileiros, houve a criação de um Conselho Estadual e de uma Secretaria Executiva Estadual do Pronaf. O Ministério da Agricultura considerava isto fundamental para que houvesse uma operacionalização satisfatória do Programa.

O Conselho Estadual do Pronaf e a Secretaria Executiva são estruturas distintas. O primeiro tem um papel estratégico no debate e na deliberação de aspectos que envolvem o programa em âmbito estadual, enquanto à Secretaria Executiva cabe animar o funcionamento e encaminhar aos canais competentes as deliberações do Conselho, ou seja, operacionalizar o Programa.

Enquanto estiveram ativos, o Conselho e a Secretaria Executiva do Pronaf sempre funcionaram junto à Secretaria de Estado da Agricultura o do Desenvolvimento Rural. No

segundo semestre de 2006, houve uma desativação tanto do Conselho quanto da Secretaria Executiva do Pronaf, sem que houvesse uma decisão formal para que isso acontecesse.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e das suas Superintendências Estaduais determinou mudanças na operacionalização do Pronaf em âmbito estadual, já que o MDA substituiu o Ministério da Agricultura na condução do Programa. Em Santa Catarina, a Superintendência da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário - MDA é o órgão responsável pela gestão do Pronaf.

4.1.6 Evolução da aplicação do Pronaf

Dentro da visão mais geral do Pronaf, este segmento se propõe a mostrar a evolução do Pronaf-Crédito (financiamento da produção agropecuária) entre o ano de 2000 e 2006, dentro de seus principais enquadramentos, quais sejam, grupos A, A/C, B, C, D e E. Inicialmente, mostrar-se-á a evolução de cada grupo em suas duas modalidades: custeio e investimento, e, num segundo momento, a evolução e o comportamento de cada grupo no conjunto do programa.

Tendo em vista que é somente a partir de 1999 que o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibiliza os dados desagregados segundo enquadramento em nível de município, optou-se por concentrar a análise no período de 2000 a 2006.

Conjugado a esta análise, inicialmente pretendia-se também fazer uma verificação da concentração espacial dos recursos, através de análise de conglomerados, que permitiria identificar o grau de correspondência entre a junção dos municípios que apresentaram maior número de contratos do Pronaf e um conjunto de variáveis supostamente correlacionadas à demanda de recursos do programa. Infelizmente, limitações como a pouca disponibilidade de tempo e a indisponibilidade dos dados imprescindíveis à análise tornaram impossível a concretização deste tipo de análise no presente estudo.

Neste sentido, este capítulo priorizou a análise espacial através de mapas, os quais mostram a concentração e a capilaridade do programa no Estado.

4.2 Pronaf A

Existem duas modalidades de crédito para os agricultores familiares enquadrados neste grupo: crédito para investimento (A) e para custeio (A/C).

O Pronaf A Investimento é uma linha de crédito que se destina àquelas famílias de agricultores assentadas através do Plano Nacional de Reforma Agrária ou atendidas pelo Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, que receberam a terra e precisam construir toda infra-estrutura básica para iniciar a produção.

O valor financiado está diretamente vinculado à atividade produtiva ou de serviços, destinados à promoção do aumento da produtividade e da renda do produtor. O limite de financiamento vai de R\$ 16.500,00 até R\$18.000,00, sendo que 35% do montante pode ser usado para custeio.

A taxa de juros é de 1,15% a.a., com prazo de pagamento de 10 anos, com 3 anos de carência.

De 2000 a 2006, período analisado neste trabalho, o grupo A, destinado a crédito para investimento, financiou 7.371 contratos, representando cerca de 2,7% do total de contratos efetuados e 0,9% do valor total financiado pelo programa no Estado.

O financiamento para este grupo se deu em 226 dos municípios do Estado, atingindo, portanto, 77% do total. Ao analisarmos os municípios que apresentaram crédito fundiário para compra de terras entre 1999 e 2004, verificamos que dos 263 municípios beneficiados com este tipo de financiamento, cerca de 84,4% tomaram empréstimo do Pronaf A. No entanto, ao estratificar o número de contratos, observamos que de 226 municípios, 122 tiveram menos de 10 contratos, 59 tiveram de 10 a 50 contratos e somente 45 municípios

tiveram mais de 50 contratos. Isto pode evidenciar que, apesar de haver uma capilaridade desta política para este segmento, ocorreu uma concentração dos contratos em alguns municípios (figura 1).

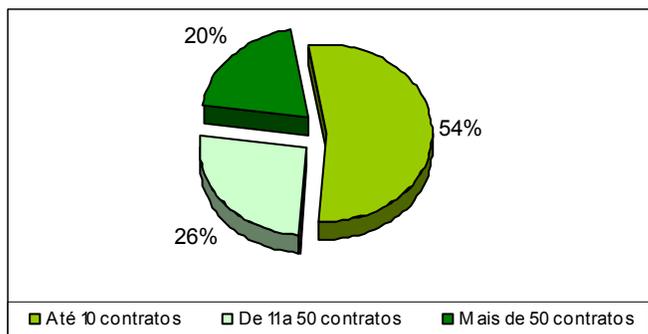


Figura 1 - Pronaf A - Participação dos grupos de municípios, segundo o número de contratos - Santa Catarina - 2000 - 2006

Do total de contratos efetuados no período no Estado, Abelardo Luz foi o município que apresentou maior número e maior volume de recursos captados, ficando com cerca de 9,3% do total de contratos e 7,5% do montante, seguidos pelos municípios de Pinhalzinho, Água Doce e Fraiburgo, que representam, cada um, cerca de 3,1% do total de contratos e de 2 a 3% do montante.

Ao analisar a evolução do número de contratos no período de 2000 a 2006, no gráfico 1, verifica-se que os anos de 2002, 2001 e 2006, consecutivamente, foram os anos com maior número de contratos para o Grupo A (figura 2). No ano de 2002, os municípios que se destacaram foram Fraiburgo, Pinhalzinho e Campo Erê. Nos anos de 2001 e 2006 destacou-se o município de Abelardo Luz.

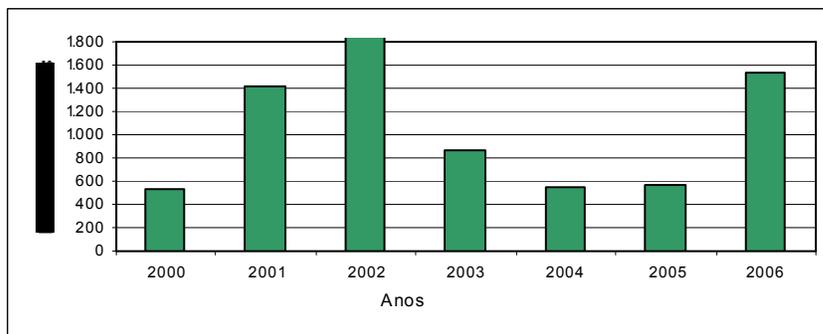


Figura 2 - Pronaf A - Evolução do número de contratos - Santa Catarina - 2000-2006

A evolução do valor financiado no mesmo período segue a mesma tendência do número de contratos (figura 3). Nos anos de 2001 e 2002, a maior demanda de financiamento do grupo A vem a reboque de outras políticas públicas voltadas ao crédito fundiário, quais sejam o Fundo de Terras e Reforma Agrária (Banco da terra), numa conjunção de política agrária e política agrícola, com objetivo de dar sustentação à produção da agricultura familiar e aos assentados da reforma agrária.

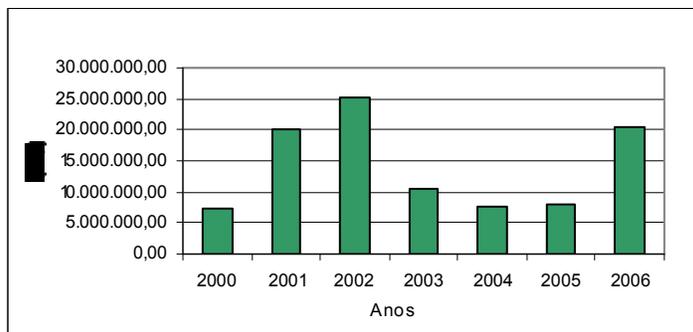


Figura 3 - Pronaf A - Evolução do valor financiado - Santa Catarina - 2000-2006

A evolução dos valores médios por contrato no período analisado apresentou um acréscimo real de 13% ao se comparar à média do ano 2000 com a de 2006.

O Pronaf A/C – crédito destinado ao custeio da produção, destina-se aos produtores assentados que já estruturaram sua produção através dos investimentos do grupo A e agora precisam de novos recursos para dar continuidade à produção, possibilitando o atendimento das necessidades da unidade produtiva.

O limite de financiamento está entre R\$ 500,00 e R\$ 3.000,00. Caso o financiamento seja destinado para uma das atividades de produção de arroz, milho, feijão, trigo ou mandioca, o valor poderá ter um acréscimo de 30%.

A taxa de juros é de 2% a.a., e o prazo é de até 2 anos para o custeio agrícola e até 1 quando o destino é a pecuária.

De 2000 a 2006, período analisado neste estudo, o número de contratos financiados para o grupo A/C foi de 3.185, representando cerca de 0,4% do total de contratos Pronaf no Estado e 43,2 % em relação aos tomados pelo Pronaf A destinado ao investimento. O montante representou cerca de 0,2% do total aplicado no mesmo período. Era de se esperar que mais tomadores de Pronaf A investimento também fizessem o empréstimo para custeio, já que este é um financiamento complementar àquele tomado para estruturação da propriedade.

O financiamento para este grupo ocorreu em 114 dos municípios do Estado, representando somente 38,9% do total.

Mais uma vez chama a atenção o fato de um considerável número de municípios em que houve contratação do Pronaf A destinado ao investimento não apresentar nenhum contrato do grupo A/C para custeio. Algumas hipóteses podem ser relacionadas a este fenômeno, uma delas é o fato de a família ainda estar com dívidas oriundas do Pronaf A investimento, e por se tratar do mesmo público, pode não desejar ou ter condições econômicas para assumir outro financiamento; outra é de que apesar de o agricultor ser enquadrado no grupo A/C, por ter feito o financiamento do A-investimento, ele se enquadra também em outro grupo, pelo nível de renda anual, que lhe permite financiar um montante maior.

Ao estratificar o número de contratos, segundo os municípios, constata-se que do total de municípios, cujas famílias de agricultores familiares contrataram Pronaf A/C, 65% tiveram entre 1 e 10 contratos, 26% tiveram entre 11 e 100 contratos e somente 9% dos municípios tiveram mais de 100 contratos, indicando forte propensão para a concentração do uso de financiamento neste grupo em alguns municípios (figura 4).

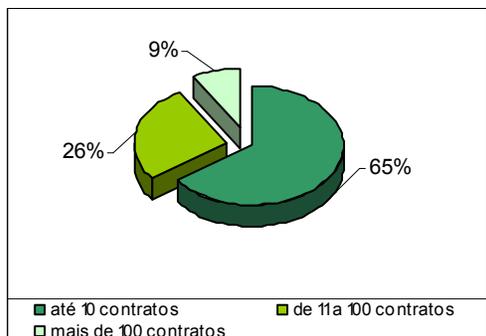


Figura 4 - Pronaf A/C - Participação dos grupos de municípios, segundo o número de contratos - Santa Catarina - 2000-06

Do total de contratos efetuados no período no Estado, novamente Abelardo Luz foi o município que apresentou maior número de contratos e maior volume de recursos aplicados, ficando com cerca de 19,4% do total de contratos e 17,2% do montante, seguido pelo município de Fraiburgo, com 11,2% dos contratos e 11,1% do montante aplicado, Matos Costa, com 6,9% dos contratos e 6,1% do valor total, e Campos Novos, com cerca de 5,9% dos contratos e 6,3% do valor aplicado.

Ao analisar a evolução do número de contratos no período de 2000 a 2006, nas figuras 5 e 6, verifica-se que existiram contratos em Santa Catarina somente a partir de 2002, e que tanto o número de contratos como o valor financiado apresentam uma curva ascendente ao longo do período. Porém, enquanto de 2002 a 2004 o crescimento do número de contratos foi de cerca de 13%, e o valor financiado foi de cerca de 27,4 %. De 2004 a 2006 houve um crescimento muito acentuado; o número de contratos cresceu cerca de 177%, e o valor financiado, 149%. Esse aumento no número de contratos pode ser, entre outros, decorrente de uma melhor divulgação ou de um direcionamento do foco do programa para este grupo, ou à medida que as famílias foram estruturando seus estabelecimentos, foi surgindo ao longo do tempo uma maior necessidade de dinheiro para custear sua produção.

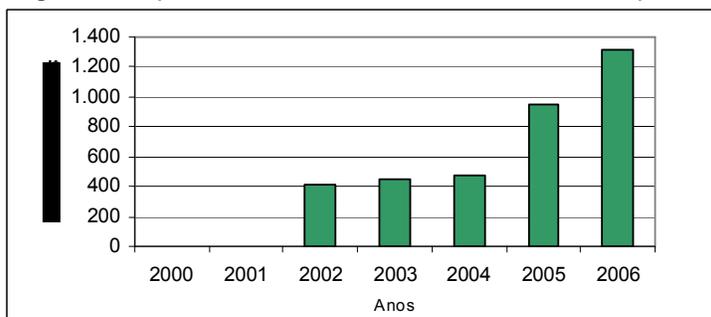


Figura 5. Pronaf A/C - Número de contratos - Santa Catarina - 2000-06

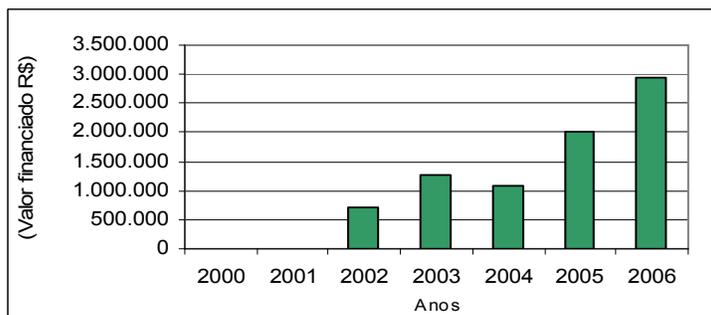


Figura 6. Pronaf A/C - Valor financiado - Santa Catarina - 2002-06

4.3 Pronaf B

A finalidade deste tipo de financiamento é o atendimento a qualquer demanda que gere renda à família dos agricultores enquadrados. Os itens financiáveis atingem atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários (turismo rural, artesanato ou outras atividades que desencadeiem um melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar no meio rural).

O limite de financiamento é de R\$ 1.500,00, independentemente do número de operações². Os agricultores enquadrados neste grupo devem ter a renda bruta anual de até R\$ 3.000,00 (R\$2.000,00 até março/2007), com no mínimo 30% da renda proveniente da unidade produtiva. A taxa de juros é de 1% a.a., com bônus de 25% sobre o saldo devedor de cada parcela e o prazo de 2 anos, com até 1 ano de carência.

O grupo B apresentou contratos em apenas 12 municípios no ano de 2005 (4% do total do Estado) e em 4 municípios no ano de 2006 (1,3% do total do Estado). Existem registros de 272 contratos no período analisado, representando 0,03% do total de contratos do Pronaf no Estado e apenas 0,01% do total financiado no período 2000 –2006 (Quadro 2). Observa-se também que o valor médio dos contratos ficou sempre abaixo do limite máximo de financiamento.

Considerando-se a evidente baixa adesão dos agricultores enquadrados neste grupo ao Programa, constatou-se a importância de um estudo que disponibilizasse maiores informações acerca do comportamento do financiamento no Estado, destinado a agricultores enquadrados no grupo B. Este estudo consiste numa segunda parte deste trabalho, em que se tentará estimar o público potencial do Pronaf B, assim como levantar os motivos pelos quais esses agricultores não estão buscando este tipo de financiamento.

Quadro 2. Pronaf B – Número de contratos, montante financiado e valor médio por contrato – 2005-2006

Município	2005			2006		
	Número de contratos	Montante (R\$)	Valor médio por contrato (R\$)	Número de contratos	Montante (R\$)	Valor médio por contrato (R\$)
Anita Garibaldi	15	15.000,00	1.000,00	5	5.000,00	1.000,00
Bocaina do Sul	29	29.000,00	1.000,00	11	15.164,37	1.378,58
Campo belo do Sul	51	51.000,00	1.000,00	-	-	-
Capão Alto	11	11.000,00	1.000,00	-	-	-
Celso Ramos	15	15.000,00	1.000,00	16	16.000,00	1.000,00
Cerro Negro	50	50.000,00	1.000,00	-	-	-
Matos Costa	1	1.000,00	1.000,00	-	-	-
Painel	7	7.000,00	1.000,00	4	5.000,00	1.250,00
Palmeira	22	21.250,00	965,91	-	-	-
São Joaquim	1	1.000,00	1.000,00	-	-	-
São José do Cerrito	26	26.000,00	1.000,00	-	-	-
Urupema	8	7.999,99	989,88	-	-	-
Total	236	235.249,99	996,82	36	41.164,37	1.143,45

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

4.4 Pronaf C

Existem duas modalidades de crédito para o grupo de agricultores enquadrados neste grupo: crédito para investimento e para custeio.

O Pronaf C é uma linha de crédito que se destina a incentivar atividades produtivas que promovam aumento de renda do produtor. São enquadrados neste grupo agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 3.001,00 até R\$ 16.000,00, com no mínimo 60% da renda proveniente da unidade familiar.

² O somatório dos financiamentos concedidos a famílias de agricultores desse grupo, com direito a bônus de adimplência, não excederá R\$4.000,00. Quando alcançado este limite, a concessão de novos créditos fica condicionada à prevista liquidação do financiamento anterior.

O Pronaf C destinado ao investimento está restrito à cobertura de itens diretamente relacionados com a atividade produtiva ou de serviços e designado a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor.

O limite de financiamento vai de R\$ 1.500,00 até R\$ 6.000,00. Existe a possibilidade de sobre-teto de 50% quando o projeto técnico ou a proposta de crédito comprove o incremento da renda e os recursos sejam destinados a alguns itens específicos³. A taxa de juros é de 3% a.a., e o prazo é de 8 anos, com 3 a 5 de carência.

O Pronaf C destinado ao custeio agrícola e pecuário, segundo a destinação dos recursos, abrange as atividades desenvolvidas pelo produtor (admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas de investimento e manutenção do beneficiário e de sua família). O limite de financiamento é de R\$ 500,00 a R\$ 4.000,00. A taxa de juros é de 4% a.a., com prazo de 2 anos, observado o ciclo do empreendimento.

De 2000 a 2006, período analisado neste trabalho, o grupo C efetuou contratos em 97% dos municípios catarinenses, denotando uma ótima capilaridade do programa no financiamento para este grupo. Existem registros de 237.576 contratos no período, representando cerca de 29,2% do total de contratos e 15,9% do total financiado pelo Pronaf no Estado.

No entanto, ao analisar com mais atenção a distribuição do número de contratos e o valor financiado entre os municípios, na figura 7, observa-se que 38% dos municípios com Pronaf C tiveram menos de 100 contratos no período de 2000 a 2006 e 2,4% do total do valor financiado neste grupo; 41% dos municípios tiveram entre 101 e 1.000 contratos e financiaram cerca de 22,4% do total; 18% dos municípios tiveram de 1.001 a 5.000 contratos detendo cerca de 55,4% do montante financiado e apenas 2,8% dos municípios tiveram mais de 5.000 contratos, ficando com cerca de 20% do valor financiado. Ao analisar os municípios com mais de 1.000 contratos, verifica-se que, apesar de representarem 21% do total de municípios tomadores de Pronaf C e englobarem cerca de 29,6% do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, segundo o Lac, eles captaram cerca de 75% do valor financiado para este grupo.

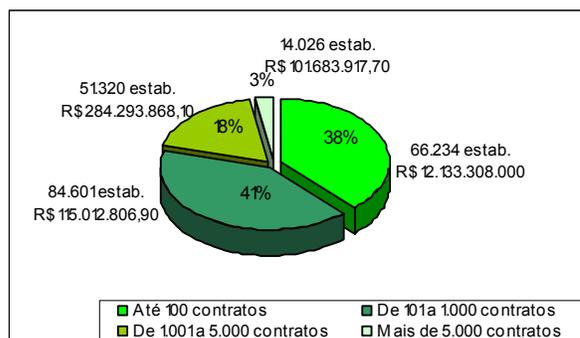


Figura 7 - Pronaf C - Participação dos municípios no número de contratos do Estado - 2000-06

O quadro 3 mostra a relação dos municípios que tiveram mais de 5.000 contratos de Pronaf C no Estado. Pode-se observar que apenas 8 municípios detiveram cerca de 22,8% do número de contratos e 19,8% do valor financiado no Estado para este grupo, indicando que, apesar de uma capilaridade boa, já que este atendeu 97% dos municípios, houve concentração no uso do Programa relativo ao grupo C em alguns municípios.

³ Bovinocultura, bubalinocultura, carcinicultura, piscicultura, fruticultura, olericultura, ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura que não integradas a agroindústrias, projetos de infra-estrutura hídrica, sistemas orgânicos e agroecológicos de produção, atividades relacionadas ao turismo rural, aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, aquisição de veículos utilitários, embarcações, equipamento de irrigação e de armazenagem e outros afins.

Quadro 3. Número de contratos e participação do número de contratos e valor financiado dos municípios que tiveram mais de 5.000 contratos de Pronaf C

Municípios	Número de contratos	Participação no número de contratos (%)	Participação no montante financiado (%)
Concórdia	11.539	4,86	3,65
Pinhalzinho	7.153	3,01	3,07
Chapecó	6.949	2,92	2,28
Seara	6.009	2,53	2,27
Cunha Porã	5.897	2,48	2,69
Itapiranga	5.795	2,44	1,86
Anita Garibaldi	5.795	2,44	1,86
São Lourenço do Oeste	5.167	2,38	2,49
Total	54.157	22,8	19,8

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

A evolução do Pronaf C no período de 2000 a 2006 mostra que o número de contratos e o valor financiado apresentam comportamentos semelhantes ao longo dos anos, com acréscimo mais acentuado nos anos de 2003 e 2004 (figuras 8 e 9).

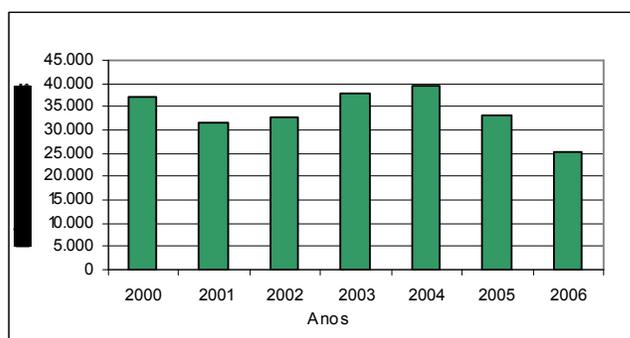


Figura 8 - Pronaf C - Número de Contratos - Santa Catarina – 2000-2006

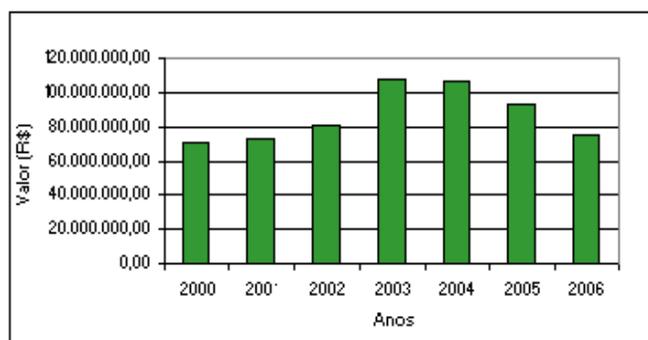


Figura 9 - Pronaf C - Valor financiado - Santa Catarina - 2000-2006

4.5 Pronaf D

O Pronaf D destinado ao investimento tem a finalidade de financiar atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Para ser enquadrado neste grupo, os agricultores devem ter uma renda bruta anual entre R\$ 16.001,00 a R\$ 45.000,00. O valor financiável é de R\$18.000,00, com possibilidade de destinar até 35% do valor financiado para despesas de custeio. Além do sobreteto de 50 % para alguns itens financiáveis⁴. A taxa de juros é de 3% a.a., e o prazo de pagamento é de 8 anos, com 3 a 5 anos de carência.

Existe ainda o Pronaf D destinado somente a custeio agrícola e pecuário. Esta modalidade

⁴ Fruticultura, olericultura, atividades em transição para ecológica, bovinocultura, bubalinocultura, carcinicultura, ovinocaprinoicultura, avicultura e suinocultura não integradas e infra-estrutura hídrica. Aquisição de máquinas e implementos, embarcações, equipamentos de irrigação e veículos utilitários. Sistema agroecológico e atividades relacionadas ao turismo rural.

enquadra, tal como a modalidade investimento, agricultores cuja renda bruta familiar esteja entre R\$ 16.001,00 a R\$ 45.000,00, mas com o mínimo de 60% da renda proveniente da unidade familiar. O limite máximo é de R\$ 6.000,00, com sobreteto de 30% ou de 50%, dependendo do tipo de atividade a ser desenvolvida⁵.

De 2000 a 2006, período analisado neste trabalho, o grupo D teve contratos efetuados em 98,9% dos municípios catarinenses, denotando uma ótima capilaridade do programa no financiamento para este grupo (figura 10). Existem registros de 376.411 contratos no período, representando cerca de 46,3% do total de contratos e cerca de 52% do total do valor financiado pelo Pronaf no Estado.

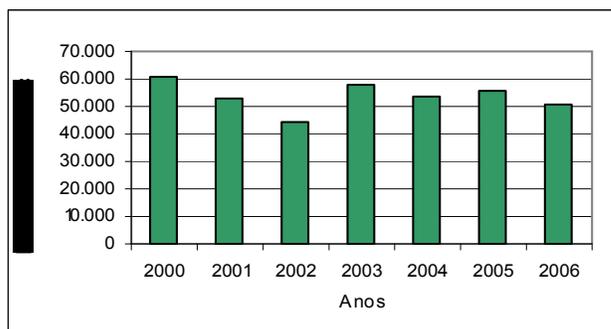


Figura 10 - Pronaf D - Número de contratos – Santa Catarina – 2000-06

Ao analisar a evolução deste grupo no período 2000-2006, pode-se observar que o número de contratos não apresentou grande oscilação. No entanto, o valor financiado a partir de 2003 teve um importante incremento, fazendo com que o valor médio dos contratos apresentasse uma curva ascendente (figuras 11 e 12).

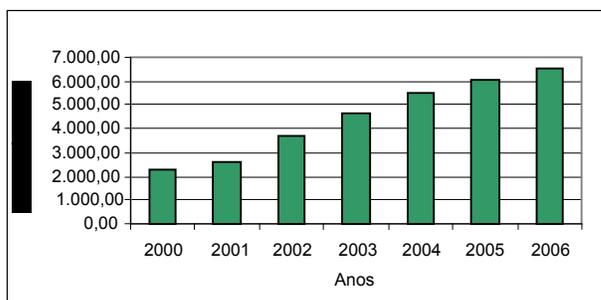


Figura 11 - Pronaf D - Valor médio por contrato – Santa Catarina - 2000-06

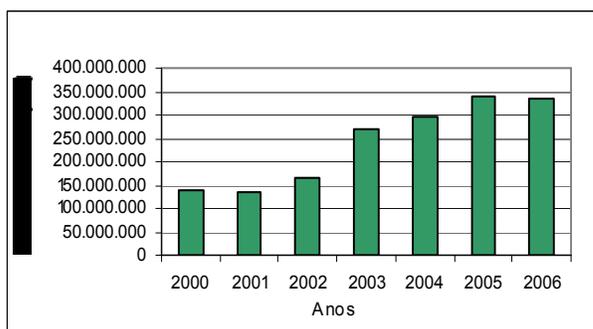


Figura 12 - Pronaf D - Valor financiado - .Santa Catarina - 2000-06

⁵ O sobreteto de 30% pode ser aplicado para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. O sobre-teto de 50% pode ser aplicado para as atividades: fruticultura, olericultura, produção ecológica, bovinocultura, bubalinocultura, carcinicultura, ovinocaprinocultura, avicultura e suinocultura não integradas, aquisição de máquinas, implementos, embarcações, projetos de irrigação e veículos utilitários. Sistemas ecológicos e atividades relacionadas ao turismo.

A distribuição do número de contratos demonstra que 66% dos municípios tiveram de 1.000 a 5.000 contratos e ficaram com cerca de 83% do montante total aplicado neste grupo (figura 13).

Os municípios que mais apresentaram contratos deste grupo foram Alfredo Wagner, com 10.484 contratos, e Mafra, com 8.020.

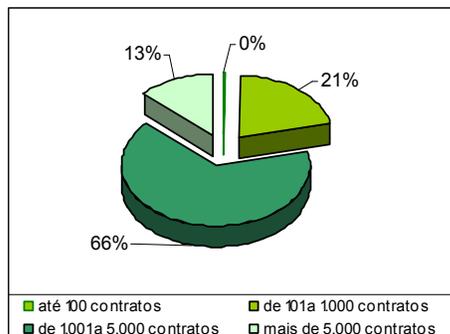


Figura 13 - Pronaf D - Participação dos municípios, segundo número de contratos - Santa Catarina – 2000-06

4.6 Pronaf E

O grupo E, criado recentemente na safra 2003/2004, é destinado ao investimento, tem a finalidade de implantar, ampliar ou modernizar a infra-estrutura, a produção e os serviços agropecuários e não-agropecuários. Para ser enquadrado neste grupo, os agricultores devem ter uma renda bruta anual entre R\$ 16.001,00 a R\$ 45.000,00, com no mínimo 70% da renda proveniente da unidade familiar. O valor financiável é de R\$36.000,00, com possibilidade de sobreteto para alguns itens financiáveis, a exemplo do Pronaf D. A taxa de juros é de 7,25% a.a., com prazo de pagamento em 8 anos, e 3 a 5 anos de carência.

Existe ainda o Pronaf E destinado ao custeio agrícola e pecuário. Esta modalidade enquadra agricultores cuja renda bruta familiar esteja entre R\$ 45.001,00 e R\$ 80.000,00, mas com o mínimo de 70% da renda proveniente da unidade familiar. O limite máximo para o valor financiado é de R\$ 36.000,00, com taxa de juros de 7,25% e prazo de 2 anos para pagamento.

O número de contratos do Pronaf E representou cerca de 14,4% do total de contratos e 14,2% do valor financiado no Estado. Houve registros de contrato deste grupo em cerca de 97,6% dos municípios catarinenses. Os municípios que mais se destacaram foram: Ituporanga, com 1.180 contratos e R\$ 17.132.813,87 de valor financiado, seguido pelo município de Palmitos, com 920 contratos e R\$ 9.494.877,29.

Ao analisar a evolução no período de 2000 a 2006, verifica-se que somente a partir de 2003 se registrou contratos em Santa Catarina. Tanto o número de contratos como o valor financiado apresentaram gradativo crescimento até 2005. Observa-se que em 2006 o número de contratos apresentou um pequeno decréscimo, mas o valor financiado aumentou, evidenciando um aumento do valor médio do contrato neste ano (figuras 14 e 15).

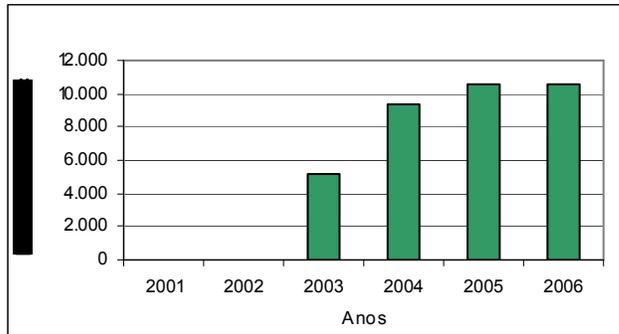


Figura 14 - Pronaf E - Número de contratos – Santa Catarina - 2000-06

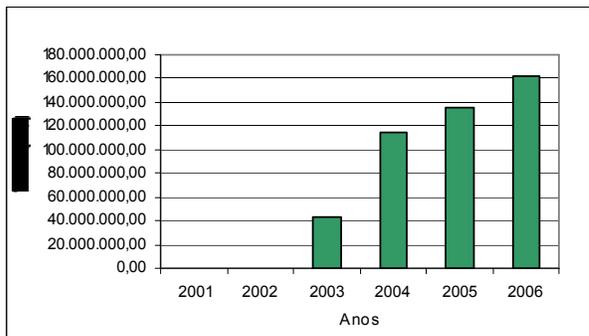


Figura 15. Pronaf E - Valor financiado - Santa Catarina - 2000-06

Ao analisar a distribuição dos municípios, segundo o número de contratos e do valor financiado na figura 16, observa-se que novamente o valor financiado se concentra em alguns municípios. Ao subdividir a análise em dois grupos de municípios, o primeiro com mais de 100 contratos, e o segundo com menos de 100 contratos, observa-se que enquanto 36,5% dos municípios do primeiro, com 112.387 estabelecimentos, tiveram 83% do valor financiado, o segundo, com 104.365 estabelecimentos, representando 63,5% dos municípios, ficou com apenas 17% do montante.

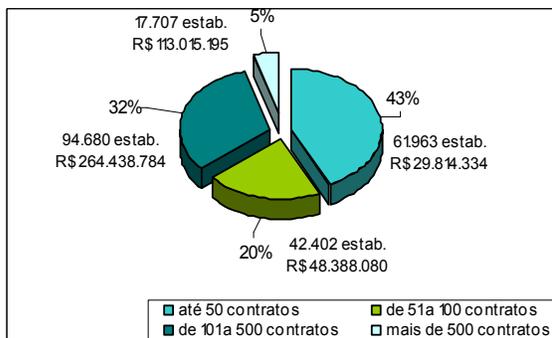


Figura 16. Pronaf E - Participação dos municípios segundo o número de contratos - 2000-2006

4.7 Pronaf – Modalidades de financiamento

A análise das modalidades de crédito do Pronaf em Santa Catarina, no período de 2000 a 2006, evidencia uma grande disparidade no que se refere ao valor financiado e o número de contratos entre o crédito destinado para custeio e para investimento. O número de contratos destinado para custeio representa cerca de 91% do total, e o valor financiado representa cerca de 77% do montante aplicado pelo programa no Estado (figura 17).

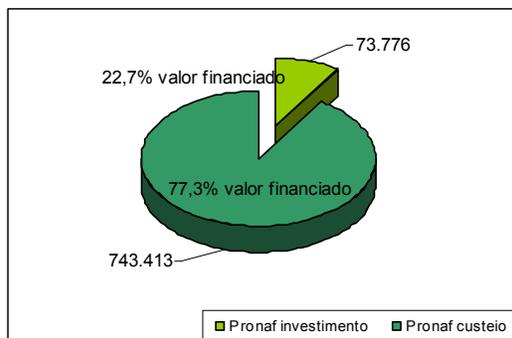


Figura 17 - Pronaf - Número de contratos e montante financiado, segundo modalidade - 2000-06

Ao comparar nas figuras 17 e 18, a proporção de crédito destinado para custeio e para investimento em Santa Catarina e no Brasil, tanto em número de contratos como em valor financiado, verifica-se um comportamento que, embora não fuja à regra nacional, aponta para uma intensificação maior do uso de crédito para custeio da produção no Estado.

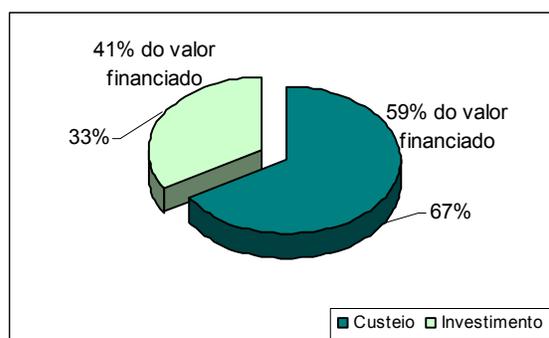


Figura 18 - Pronaf - Número de contratos e valor financiado no Brasil, segundo modalidade – 2000 -2006

Observa-se uma baixa captação de recursos através do Pronaf Investimento por parte dos agricultores familiares em Santa Catarina. Isto pode indicar, entre outros fatores, alguma dificuldade de acesso a esta modalidade de financiamento ou um interesse menor por este tipo de financiamento, seja pela menor necessidade ou pelo maior esforço a ser dispensado, já que para sua obtenção é necessário o estudo técnico, mesmo através de um plano simples ou projeto integrado, e também a orientação técnica. Devem ainda contemplar, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto, limitado ao máximo de quatro anos e, no caso das agroindústrias, devem contemplar aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento. Este tipo de procedimento requer maior planejamento, clareza das necessidades, uma visão de futuro e envolve maiores riscos, podendo representar uma dificuldade para o agricultor, diferentemente do crédito para custeio, que tem uma aplicação mais direta e definida (geralmente insumos para produção) e tem ainda, o seguro da produção financiada, que lhes dá uma segurança maior em caso de qualquer anormalidade (secas, enchentes, ventos etc.).

Desta forma, isto indica que o programa acaba direcionado para o financiamento do custeio anual das safras, sem, entretanto, promover mudanças mais significativas na estrutura produtiva, através da expansão dos investimentos, que é o que acaba determinando um maior desenvolvimento do setor.

Observa-se que, em nível territorial, o programa foi mais concentrado em algumas regiões. Para o presente estudo, optou-se por mostrar essa concentração através da microrregionalização do IBGE. Como se pode observar nas figuras 19 e 20, o financiamento para custeio ficou mais concentrado nas microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste,

Canoinhas, Joaçaba e Rio do Sul, e o financiamento para investimento foi mais concentrado nas microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste, Ituporanga e Concórdia. Microrregiões estas cuja economia tem um forte direcionamento para o setor agrícola.

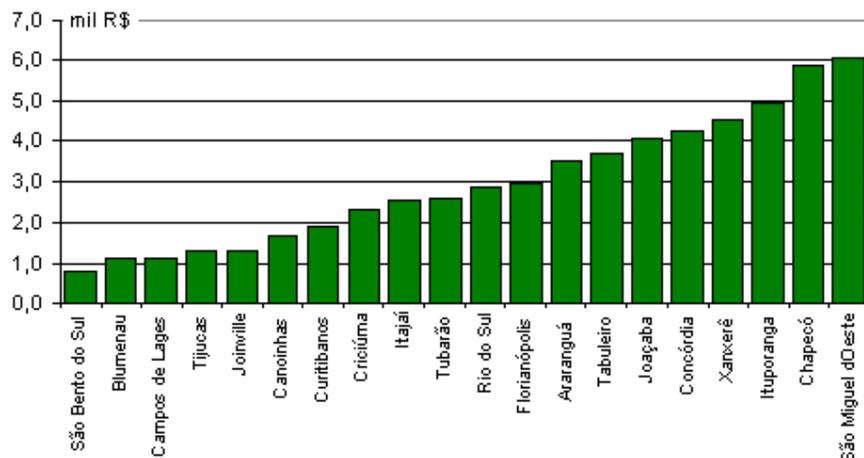


Figura 19. Pronaf investimento - Concentração do valor financiado, segundo as MRH do IBGE - 2000-05

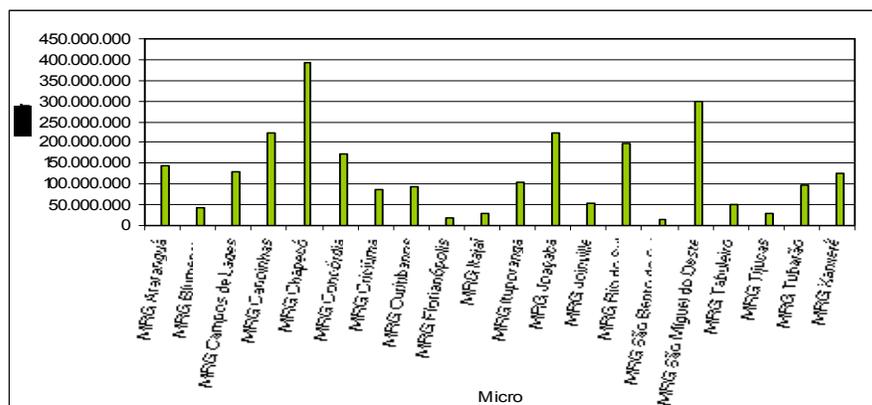


Figura 20 - Pronaf Custeio - Concentração do valor financiado, segundo as MRH do IBGE - 2000-05

4.8 Produtos Financiados

Os produtos que tiveram o maior volume de financiamento do Pronaf em Santa Catarina foram: milho, arroz, batata, feijão, mandioca, soja e fumo.

Nos anos de 2000 e 2001, o fumo foi a cultura que mais captou recursos do programa. Cerca de 31% do total do valor de custeio em 2000, e 23.6% em 2001. No ano de 2002 houve uma redução de 38% em relação a 2001 e foi o último ano em que houve captação de recursos para esta cultura através do Pronaf. Isso ocorreu devido à resolução 2.833 do Banco do Brasil, a qual encerrou com a concessão de crédito do programa destinado à produção de fumo em regime de parceria e/ou integração com indústrias fumageiras.

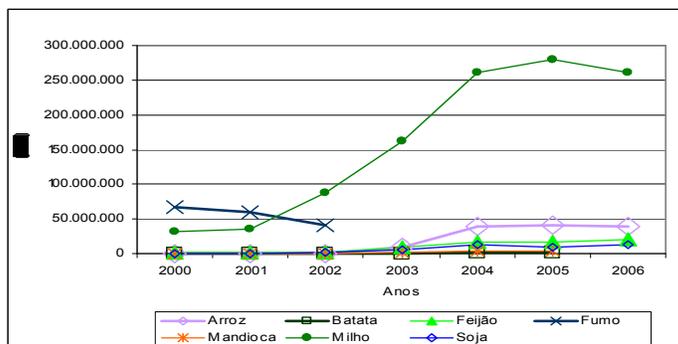


Figura 21 -.Pronaf - Valor destinado por produto - Santa Catarina - 2000-06

Ao longo de todo o período estudado, observa-se que, afóra o fumo, que, como dito anteriormente encerrou seu processo de captação de recursos no programa em 2002, o milho, o arroz e o feijão foram as culturas que mais se destacaram. Destes, o milho, indubitavelmente, foi a cultura que mais captou recursos do programa no Estado, através de crédito para custeio (figura 21).

Do total dos recursos destinados ao custeio agropecuário pelo programa no Estado, entre 2000 e 2006, verifica-se a seguinte distribuição: o feijão e a soja ficaram com 2% dos recursos cada um, o arroz ficou com 5%, o fumo com 9%, o milho com 44% e outros produtos da lavoura 7%. Cerca de 27% dos recursos foram destinados a outros itens de custeio agrícola, que no caso de Santa Catarina concentrou-se no crédito rotativo (crédito de balcão) e, para a pecuária foram destinados 4% dos recursos. (figura 22)

No entanto, é necessário cautela na análise, pois existe a possibilidade de que no contrato esteja especificado que o recurso será aplicado em determinada cultura (e parece que o milho é uma cultura padrão, pelo menos para os bancos), sem, no entanto, que isso ocorra na íntegra, ou seja, os recursos podem estar sendo aplicados também em outras culturas do estabelecimento agropecuário. Estas possíveis ocorrências podem influenciar nos percentuais descritos no parágrafo anterior. De qualquer forma, sabe-se que o milho é uma das culturas amplamente financiadas pelo programa, não só em Santa Catarina, mas em todo Brasil. Ainda é necessário se levar em consideração que, no Estado, este produto é plantado em 56% do total de estabelecimentos agropecuários com cerca de 684.636,1 ha de área plantada e é base da cadeia de carnes, importante atividade econômica que é diretamente ligada às agroindústrias.

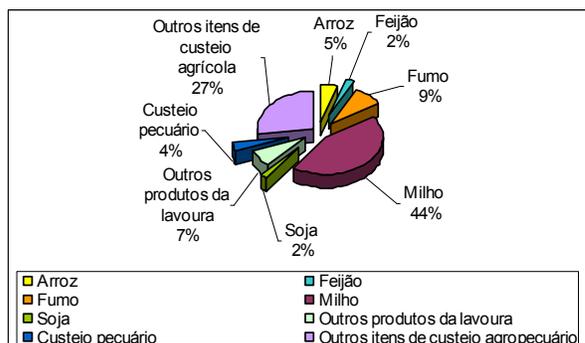


Figura 22 - Pronaf - Valor financiado para custeio, segundo a finalidade – Santa Catarina - 2000-05

No entanto, é necessário cautela na análise, pois existe a possibilidade de que no contrato esteja especificado que o recurso será aplicado em determinada cultura (e parece que o milho é uma cultura padrão, pelo menos para os bancos), sem, no entanto, que isso ocorra na íntegra, ou seja, os recursos podem estar sendo aplicados também em outras culturas do estabelecimento agropecuário. Estas possíveis ocorrências podem influenciar nos percentuais descritos no parágrafo anterior. De qualquer forma, sabe-se que o milho é uma

das culturas amplamente financiadas pelo programa, não só em Santa Catarina, mas em todo Brasil. Ainda é necessário se levar em consideração que, no Estado, este produto é plantado em 56% do total de estabelecimentos agropecuários com 684.636,1 ha de área plantada e é base da cadeia de carnes, importante atividade econômica que é diretamente ligada às agroindústrias.

A supremacia do financiamento para custeio da cultura do milho no Estado, através do Pronaf, pode ser evidenciada na figura 22. Enquanto para o milho foi destinado cerca de 44% do valor total financiado entre 2000 e 2005, os outros produtos da lavoura não atingiram 10%, e o custeio pecuário ficou com cerca de 4%. Ressalta-se, no entanto, que no item “outros itens de custeio agrícola” está computado o crédito rotativo, que são empréstimos pequenos feitos no próprio balcão do banco. Nestes, pode haver também recursos direcionados às outras culturas. No entanto, foi impossível (pelo menos até o término deste estudo) computar a quantidade de recursos direcionadas para elas.

4.9 Pronaf em Santa Catarina 2000 - 2006

Ao analisar de forma global o Pronaf em Santa Catarina, no período de 2000 a 2006, observa-se que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foram efetuados 812.035 contratos. Destes, 660.833 foram destinados aos grupos A, A/C, B, C, D, e E. O restante são contratos dos grupos sem exigibilidade (sem enquadramento) e miniprodutores, que não foram levados em consideração nesta análise.

Analisando a figura 23, observa-se que o maior número de contratos foi registrado para os grupos D e C ao longo de todo período. O grupo E, a partir de 2002, apresenta uma evolução no número de contratos, mantendo-se estável até 2006. Os grupos A e B aparecem com número muito pequeno de contratos, se comparados ao C e D.

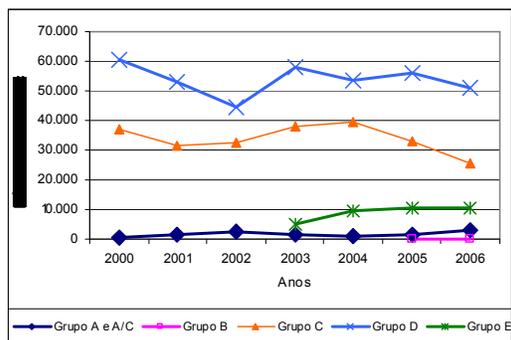


Figura 23 - Pronaf - Número de contratos do Pronaf, segundo grupo de enquadramento -Santa Catarina - 2000-2006

Ao analisar a evolução do montante financiado na figura 24, segundo os vários grupos do Programa, observa-se que o Pronaf D também apresenta o maior valor financiado no Estado ao longo do tempo, seguido pelo grupo C até 2004, quando é suplantado pelo grupo E. Observa-se que, enquanto o grupo C e D têm uma queda mesmo que suave em 2006, o grupo E, a partir de 2002, tem um crescimento acentuado até 2004, suavizado até 2006, mas sempre crescente.

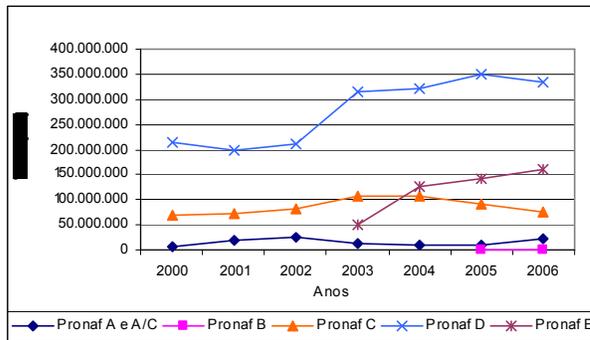


Figura 24. Pronaf - Valor financiado, segundo grupo de enquadramento - Santa Catarina - 2000-06

O programa, a exemplo da análise do número de contratos, dirige um baixo percentual dos recursos para os grupos A, B e A/C. Ao longo do tempo, o programa sofreu várias críticas quanto ao baixo acesso dos produtores de mais baixa renda. Isso levou a alguns redirecionamentos dos recursos, especialmente à incorporação dos agricultores de baixa renda como beneficiários enquadrados nos grupos A e B. No entanto, em Santa Catarina não se observou uma mudança significativa no comportamento do número de contratos e no montante financiado para os grupos A e B.

O grupo A apresentou um crescimento tanto em número de contratos como no montante financiado, nos anos de 2001 e 2002, caindo aos patamares do ano 2000 nos anos seguintes e recuperando-se em 2006. O valor médio de contrato no período analisado só é menor que o apresentado pelo grupo E, o que é justificado por ser o financiamento direcionado a investimentos para a estruturação de propriedades advindas de assentamentos ou Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal. Ainda assim, o percentual de contratos e de valor financiado para este grupo, se comparado com os grupos C, D, e E, é muito pequeno (figura 25).

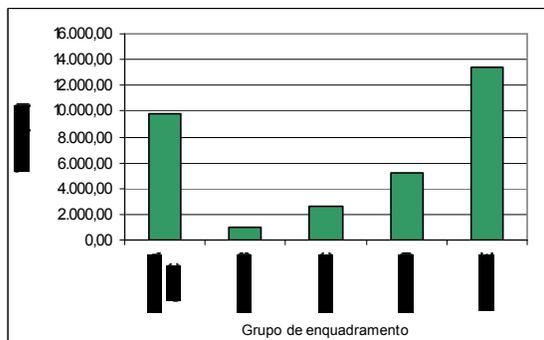


Figura 25. Pronaf - Valor médio de contrato segundo grupo de enquadramento 2000-06

O grupo B, em Santa Catarina, registrou contratos somente nos anos de 2005 e 2006. A participação deste grupo, tanto em número de contratos como em valor financiado, foi muito abaixo do esperado, apenas 272 contratos com um montante de cerca de R\$ 283.800,00. A baixa adesão a esta linha de crédito suscita existência de fatores que podem estar entravando o processo de financiamento para agricultores enquadrados neste grupo em Santa Catarina. Neste sentido, uma análise mais aprofundada desses fatores pode ser verificada no tomo 2 do presente estudo.

De forma geral, observa-se em Santa Catarina que os agricultores enquadrados nos grupos D, C e E estão sendo mais atingidos pelo programa, denotando que a lógica de captação dos recursos está se dando na direção dos agricultores consolidados muito mais do que para os agricultores de baixa renda, e ainda que o maior volume de recursos está sendo usado para custear as produções do que para o investimento na ampliação e modernização do setor.

Ao comparar a evolução do número de contrato ao longo do período no Brasil, observa-se uma diferença substancial de comportamento, principalmente para os grupos B, C e D (figuras 26 e 27). No Brasil, o maior número de contratos ficou com o grupo C ao longo de todo o período, seguido pelo grupo B, após 2004, quando este suplanta o número de contratos do grupo D. Isto mostra que, em nível de Brasil, o Pronaf foi, ao longo do período, mais direcionado para os grupos de menores rendas que em Santa Catarina. Além disso, chama a atenção o crescimento do número de contratos do grupo B, após 2003, no Brasil, enquanto que em Santa Catarina se tem um número irrisório de contratos.

Em relação aos grupos A e A/C, observa-se que tanto para o Brasil, como um todo, como em Santa Catarina, o número de contratos é pequeno se comparado a outros grupos, mas, se levarmos em consideração que em Santa Catarina a pressão pela terra é bem menor que em outros estados da federação, em função, entre outros, do tamanho médio de seus estabelecimentos, caracterizando o Estado pelas pequenas propriedades, pode-se dizer que o seu desempenho em relação a este grupo foi razoável.

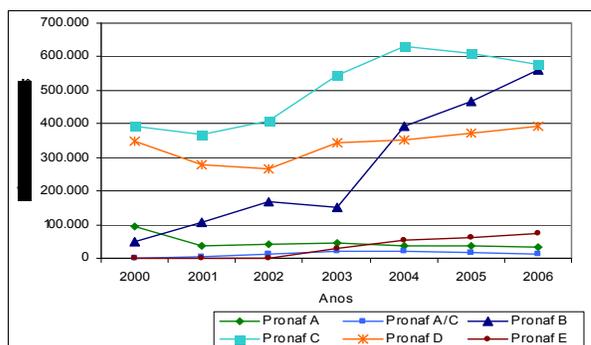


Figura 26 - Pronaf - Evolução do número de contratos no Brasil - 2000-06

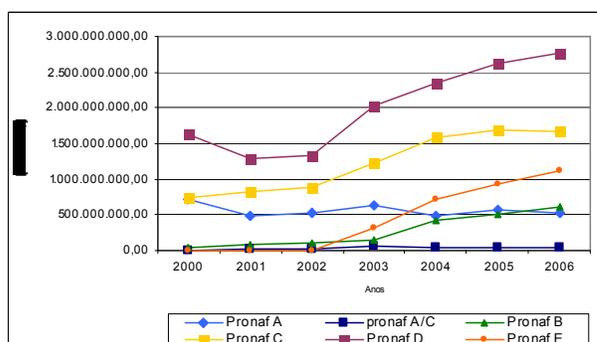


Figura 27. Pronaf - Evolução do montante financiado, segundo enquadramento – Brasil - 2000-06

Quando se analisa a evolução do valor financiado pelos seis grupos de enquadramento no Brasil ao longo do período, tem-se que os grupos D, C e E ficaram com a maior parcela dos recursos do programa. Assim, apesar de o programa em nível de Brasil atingir mais os grupos de menor renda quando se trata de valor alocado, observa-se que a evolução em Santa Catarina segue a mesma tendência do País, com exceção do grupo B, que será analisado com mais detalhes na segunda parte deste estudo.

4.10 Comparativo do desempenho da produção, área e indicadores sociais entre beneficiários e não-beneficiários do programa

A elaboração de programas que ao serem implementados se constituam em instrumentos de implementação de políticas públicas deve considerar, quando de sua concepção, a inclusão de instrumentos que possibilitem o acompanhamento e a avaliação sistemática de seu desenvolvimento. Sem tais recursos, não é possível saber se as ações propostas estão

sendo efetivamente alcançadas, impedindo, portanto, eventuais modificações corretivas que se façam necessárias.

O Pronaf, pelo que se tem conhecimento, parece enquadrar-se nesta condição, uma vez que não se dispõe de nenhum estudo sistematizado para todos os estados que avalie o seu desempenho usando um mesmo método de pesquisa. Existem, sim, vários trabalhos avaliando o programa com diferentes ênfases, seja de foco do estudo, seja de metodologia ou de território avaliado.

Neste sentido, para a execução desta avaliação, sentiu-se falta do conhecimento da situação efetiva do agricultor beneficiado em pelo menos dois momentos do programa: a sua situação sócio-econômica antes de tomar o empréstimo e a sua atual situação. Este segundo momento, qual seja o de conhecer a atual situação do agricultor beneficiário, seria possível realizar através de uma pesquisa de campo, muito embora ainda com grande prejuízo por não se conhecer a situação inicial. Para o presente estudo, no entanto, pelo prazo escasso de planejamento e execução, não foi possível realizar uma pesquisa de campo.

Optou-se, portanto, por utilizar os dados disponíveis no Levantamento Agropecuário Catarinense (Lac), realizado em 2003, para caracterizar o perfil dos beneficiários do Pronaf e de sua família, assim como traçar um comparativo do desempenho da produção animal, produtividade e área da produção vegetal e indicadores sociais entre beneficiários e não-beneficiários do programa.

Localizou-se o agricultor beneficiário do programa através de seu CPF preenchido na Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar ao Pronaf (Dap), no Lac, de onde foram formados dois subgrupos: os beneficiários e os não-beneficiários do programa. Esses dois subgrupos foram comparados à luz de diversas variáveis existentes no Lac, de forma a poder detectar diferenças entre eles.

Para esta comparação, foram utilizados os dados referentes aos estabelecimentos agropecuários que aparecem no Lac e que utilizaram o Pronaf nos anos anteriores ao levantamento, 2000 a 2002, e os que não utilizaram Pronaf nestes anos. A compatibilização dos dados do Pronaf e Lac foi feita através do CPF dos produtores constantes no Lac e nas DAP's (Declaração de Aptidão do Produtor). Neste período, foram encontrados 18901 agricultores que utilizaram e 59595 agricultores que não utilizaram o programa. Estes agricultores serão nomeados, doravante, com e sem Pronaf, a fim de facilitar as considerações. A data de referência do Lac é 31 de agosto de 2003, e o período de referência vai de 1º setembro de 2002 a 31 de agosto de 2003.

É importante salientar que o Lac utiliza o estabelecimento agropecuário como unidade de produção e que o CPF declarado é o do produtor ou do responsável pelo estabelecimento. O campo CPF não era de preenchimento obrigatório, portanto foram incluídos na pesquisa somente os estabelecimentos agropecuários que o declararam.

As variáveis verificadas foram as seguintes:

- área total (ha) na data de referência;
- área ocupada com lavouras temporárias (ha) na data de referência;
- área ocupada com lavouras permanentes (ha) na data de referência;
- assistência técnica: número de produtores que declararam receber assistência técnica;
- participação em entidades associativas: número de produtores que declararam que alguém de sua família participa de alguma entidade associativa;
- possui integração e/ou parceria: número de produtores que declararam participar de algum processo de integração ou parceria;
- área plantada (ha), no período de referência, das culturas: milho seco (somados aos plantios do cedo e tarde), feijão primeira safra, arroz irrigado, soja, fumo, batata e mandioca;
- produtividade média no período de referência (kg/ha), obtida a partir produção obtida (kg) e área plantada (ha), das culturas: milho seco (somados aos plantios do cedo e

tarde), feijão primeira safra, arroz irrigado, soja, fumo, batata e mandioca. Número de fêmeas em lactação e quantidade de leite produzida no período de referência;

- efetivo de bovinos e suínos na data de referência.

No quadro 4, observa-se que a área total ocupada com lavouras temporárias é maior para os estabelecimentos tomadores de Pronaf.

Além disso, quando se verifica a proporção de produtores com área total de até 2ha, observa-se que 5,8% dos estabelecimentos não possuem Pronaf, enquanto que o grupo com Pronaf é de 0,8%. Isto pode indicar que o programa não tem atingido de forma satisfatória os produtores com áreas pequenas (até 2há). Não dispomos da renda destes produtores, mas se considerarmos que a renda pode estar correlacionada com a área, esse pode ser o público potencial do Pronaf B.

Quadro 4. Número de estabelecimentos e médias da área total e da área ocupada com lavouras dos beneficiários e não-beneficiários do Pronaf - 2003

Variáveis	Beneficiários		Não-beneficiários	
	Número de estabelecimentos	Área média	Número de estabelecimentos	Área média
Área total (ha)	18.901	19.5	59.595	17.5
Área lavouras temporárias (ha)	17.929	8.3	49.420	6.4
Área lavouras permanentes (ha)	3.768	2.5	12.527	2.9

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. 2003.

Com relação à utilização de assistência técnica, participação em entidades associativas e em processos de integração e/ou parcerias, percebe-se uma proporção maior nos produtores com Pronaf. Chama-se a atenção para o fato de a participação em entidades associativas ser 25% maior no grupo de beneficiários do programa. Dos agricultores com Pronaf, 20% declararam que os técnicos, palestras ou reuniões são suas principais fontes de informação, contra 15% daqueles sem Pronaf, o que parece evidenciar que o programa tem sido direcionado ao atendimento dos produtores que já estão mais organizados ou aos que se mantêm mais informados (Quadro 5).

Quadro 5. Número de estabelecimentos e participação percentual dos beneficiários e não-beneficiários do Pronaf que receberam assistência técnica, participaram de entidade associativa e possuem integração e/ou parceria em 2003

Variáveis	Beneficiários		Não beneficiários	
	Número de estabelecimentos	(%)	Número de estabelecimentos	(%)
Receberam assistência técnica	8.601	45.9	21.382	36.4
Participam de entidade associativa	14.619	76.1	30.117	50.7
Possuem integração e/ou parceria	4.462	23.1	6.717	11.2

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. 2003.

A área e produtividade das culturas mais financiadas pelo Pronaf, cujas informações estão disponíveis no LAC, dão uma indicação da resposta destas ao apoio financeiro e técnico do programa (Quadro 6).

Quadro 6. Número de produtores, área plantada média e produtividade média dos produtos dos beneficiários e não-beneficiários do Pronaf para os produtos com maior valor de financiamento - 2003

Produtos	Número de produtores		Área plantada média (ha)		Produtividade média (kg/ha)	
	Beneficiários	Não-beneficiários	Beneficiários	Não-beneficiários	Beneficiários	Não-beneficiários
Milho seco (cedo+tarde)	15.687	35.187	6,9	4,7	4.100,3	3.637,6
Feijão 1ª safra	3.701	8.479	2,7	2,1	1.223,2	1.104,9
Arroz irrigado	622	2.737	9,3	13,1	6.695,8	6.466,1
Soja	1.029	2.038	8,9	13,2	2.486,7	2.570,8
Fumo	5.824	13.081	2,4	2,8	1.615,0	1.676,7
Batata	209	863	1,0	1,0	12.385,4	14.082,9
Mandioca	877	5.362	1,0	1,0	13.686,3	12.300,7

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. 2003.

No milho, que aparece como a cultura mais expressiva do Estado, em termos de número de

produtores, percebe-se uma área maior e uma produtividade de quase 500 kg/ha a mais no grupo com Pronaf. Para o feijão e a mandioca também aparecem produtividades maiores neste grupo.

Para as demais culturas avaliadas, não se observam diferenças expressivas, verificando-se que o fumo foi uma das culturas que mais receberam recursos até 2003 (figura 28). A batata apresenta uma produtividade menor para o grupo com Pronaf.

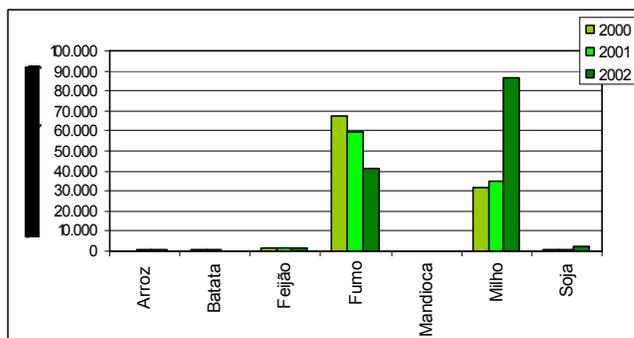


Figura 28. Valor financiado dos produtos agropecuários que mais captaram recursos do Pronaf:

Guanzioli et ali afirmam que o grupo economicamente mais integrado dos agricultores familiares tem recebido estes benefícios e consegue fazer parte da modernização conservadora.

Os recursos do programa sendo direcionadas para estas culturas acabam revertendo em aquisição de insumos. Por outro lado, o incremento da produtividade destas culturas não significa necessariamente o aumento da renda do produtor, uma vez que isto pode implicar também o aumento do custo de produção. Desta forma, o programa estaria financiando o padrão de desenvolvimento vigente.

Na bovinocultura de leite, observa-se um incremento expressivo na produção por fêmea/ano para os produtores tomadores de Pronaf (Quadro 7).

Quadro 7. Número de produtores de bovinos de leite, número médio de fêmeas em lactação e produção média de leite dos beneficiários e não-beneficiários do Pronaf - 2003

Variáveis	Beneficiários	Não-beneficiários
Número de produtores	14.197	33.332
Número médio de fêmeas em lactação	5,8	4,8
Produção média (l/fêmea/ano)	2.534	2.291

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. 2003.

O efetivo de bovinos e suínos também parece sofrer alguma influência, visto aparecer um número médio de animais um pouco maior nos estabelecimentos favorecidos pelo programa (Quadro 8).

Quadro 8. Número de produtores e número médio de animais, de bovinos e suínos, para os beneficiários e não-beneficiários do Pronaf - 2003

Produtos	Número de produtores		Número médio de animais	
	Beneficiários	Não-beneficiários	Beneficiários	Não-beneficiários
Bovinos	16.353	44.486	18,5	15,8
Suínos	7.866	19.179	104,7	96,6

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. 2003

Quando analisados os estabelecimentos que possuem pelo menos uma máquina agrícola, incluindo tratores e colheitadeiras, verificamos que a proporção de estabelecimentos que possuem estas máquinas também é maior nos tomadores de Pronaf (Quadro 9).

Quadro 9. Número de estabelecimentos de beneficiários e não-beneficiários do Pronaf que possuem máquinas agrícolas em 2003

Variáveis	Beneficiários		Não-beneficiários	
	Número de estabelecimentos	(%)	Número de estabelecimentos	(%)
Máquinas agrícolas	4.769	25,2	13.030	21,9

Fonte: Levantamento Agropecuário de Santa Catarina - 2003.

Levando em consideração que em Santa Catarina os agricultores enquadrados nos grupos C, D e E estão sendo mais atingidos pelo programa, a análise das variáveis área total e as indicadoras da capacidade de organização do agricultor e sua família vêm corroborar com a idéia de que a lógica de captação dos recursos está se dando na direção dos agricultores consolidados e mais organizados muito mais do que para os agricultores de baixa renda.

Quanto ao impacto nas produções e na produtividade, apesar de a limitação dos dados do Lac se resumir em um ponto ao longo do tempo, verifica-se que o programa continua direcionado ao financiamento das tradicionais *commodities* no Estado, não aparecendo financiamentos expressivos em culturas ou atividades não-tradicionais. No entanto, observa-se que para as culturas financiadas, com exceção do fumo e da batata, os dados indicam uma produtividade superior, a qual é proporcionada pelo programa.

4.11 Impacto no desempenho econômico dos municípios

Em geral, o Pronaf é considerado por profissionais de diferentes áreas de atuação como um programa que contribui significativamente para o desempenho econômico dos municípios eminentemente agropecuários. Esta visão baseia-se, a princípio, em um pressuposto lógico: se significativas quantidades de recursos são aplicadas aos principais meios produtivos de um segmento, é de se esperar que ele apresente uma performance diretamente correlacionada e condicionada à ordem de grandeza dos recursos investidos.

Tendo esta assertiva como referencial, buscou-se, inicialmente, definir que indicadores poderiam ser utilizados para demonstrar a pertinência daquele pressuposto. Assim, eles teriam que, além de se constituírem em variáveis passíveis de permitir a checagem da suposição, estar representados, cada um deles, por uma massa de dados suficientemente abrangente no tempo e no espaço.

Dentre os vários indicadores considerados, apenas alguns poucos satisfaziam tais condições, resultando como possibilidades concretas somente a utilização dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação de ICMS da agropecuária, bem como os das variáveis relativas à produção física das explorações agrícolas mais expressivas, todos em nível de município. As respectivas séries temporais dos dados disponíveis encontram-se especificadas no capítulo que descreve a metodologia proposta.

No caso da produção agrícola e da pecuária, foram considerados os produtos de maior importância para os tomadores de recursos do Pronaf, ou seja, aqueles que são mais financiados pelo programa: arroz, batata, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, leite e suínos. No que diz respeito às lavouras, tomou-se como informações de suporte a evolução da quantidade produzida e da área plantada de cada produto. Já para o leite, considerou-se apenas a evolução da quantidade produzida, e para os suínos, somente a do efetivo (número de cabeças).

Como tratamento inicial dos dados, visando às análises posteriores, buscou-se identificar a existência de uma relação entre os indicadores considerados e o montante dos recursos aplicados no programa. Para tanto, a técnica adotada foi a determinação dos coeficientes de correlação de Person (r) entre os recursos do Pronaf e cada um dos indicadores, na expectativa de que eles corroborassem, através dos valores que assumissem, o pressuposto formulado.

No caso do PIB, considerou-se a hipótese de que o montante de recursos aplicados pelo

Pronaf em determinado ano somente reflete resultados sobre ele a partir do ano subsequente, ou até mesmo dois anos após. Com base neste pressuposto, foram determinados valores de r utilizando os dados do PIB com defasagem de um e de dois anos em relação aos do valor dos empréstimos, conforme os números apresentados no quadro 10.

Quadro 10 - PIB da agropecuária e valor dos empréstimos do Pronaf - Santa Catarina - 2001-06

Ano (t)	PIB da Agropecuária		Empréstimos do Pronaf		Relação Pronaf/PIB (%)		Correlação PIB x Pronaf (r)	
	Valor (mil R\$)	Variação ano t+1/t (%)	Valor (mil R\$)	Variação ano t+1/t (%)	1 ano de defasagem do PIB p/ Pronaf	2 anos de defasagem do PIB p/ Pronaf	1 ano de defasagem do PIB p/ Pronaf	2 anos de defasagem do PIB p/ Pronaf
2000	5.404.530,0	-	242.357,0	-	-	-	-	-
2001	5.853.000,0	8,3	301.767,7	24,5	4,1	-	0,64	-
2002	7.001.000,0	19,6	289.337,8	- 4,1	4,3	3,5	0,62	0,65
2003	9.814.000,0	40,2	413.646,6	42,9	2,9	3,1	0,65	0,65
2004	8.816.000,0	-10,2	668.749,2	61,7	4,7	3,3	0,67	0,66
2005	⁽¹⁾ 8.550.000,0	⁽¹⁾ - 3,2	647.761,5	- 3,1	⁽¹⁾ 7,8	⁽¹⁾ 4,8	-	-
2006	⁽¹⁾ 8.208.000,0	⁽¹⁾ - 0,4	701.187,5	8,2	7,9	⁽¹⁾ 8,1	-	-

Fonte: MDA, Secretaria de Estado da Fazenda e Epagri/Cepa.

⁽¹⁾ Estimativa.

Conforme se supunha, existe realmente uma relação entre o valor do PIB e o do montante dos empréstimos do Pronaf, o que é comprovado pelos valores dos coeficientes de correção (r) do Quadro 1 e que Mattei (2005), em seu estudo sobre os impactos do programa, já havia demonstrado anteriormente em âmbito nacional. Eles indicam uma correlação praticamente constante ao longo do tempo entre as variáveis consideradas, seja quando determinados com defasagem de um ou de dois anos entre elas ($r \cong 0,65$). Além disso, apresentam uma ordem de grandeza que indica se tratar de uma correlação de significativa intensidade e de correspondência direta⁶.

Esta constatação, no entanto, não é suficiente para considerar que o PIB seja um indicador que reflita no seu desempenho a influência direta e proporcional das flutuações que ocorrem com o valor dos empréstimos assumidos. O coeficiente de correlação traduz apenas a intensidade com que os valores que expressam as duas variáveis interagem numericamente entre si, sem que necessariamente exista uma relação de causa e efeito entre elas.

Observando-se as variações ano a ano de cada uma das variáveis (Quadro 10) e analisando-se o gráfico correspondente (figura 28), não é possível identificar a existência de um comportamento de interdependência. Assim é que o gráfico demonstra que quando o valor dos empréstimos aumenta, o do PIB não necessariamente o faz, principalmente quando levadas em conta as defasagens que foram consideradas para efeito dos cálculos de r .

Portanto, a hipótese de que a evolução do PIB agrícola demonstre, mediante os valores que assume, a interferência dos recursos do Pronaf sobre ele não pode ser tomada como verdadeira. Existe sim uma relação entre estas variáveis, bem como efeitos de uma sobre a outra, mas devido muito mais a fatores externos do que a uma interdependência direta que possa ser traduzida como uma função da forma $PIB = f$ (valor dos empréstimos do Pronaf). Estes fatores atuam sobre as variáveis, porém não impõem uma relação causal entre elas, o que faz com que a parcela do PIB que decorre diretamente dos financiamentos do Pronaf não possa ser mensurada a partir dos dados disponíveis.

⁶ O coeficiente de correlação varia entre [-1;1]. Quando negativo, indica uma correlação inversa entre as variáveis consideradas (quando os valores de uma aumentam, os da outra diminuem); se positivo, trata-se de uma correspondência direta entre elas. Além disso, a correlação é mais forte quanto mais o valor do coeficiente se aproxima de 1 ou de -1, e mais fraca ao se aproximar de 0. Ao assumir este valor, o coeficiente indica a inexistência de correlação entre as variáveis.

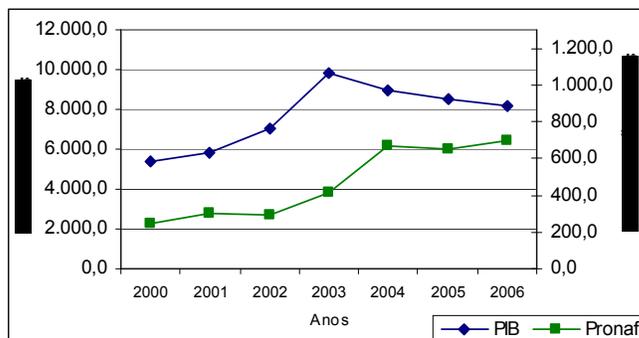


Figura 29. Evolução do PIB agropecuário e dos recursos do Pronaf – Santa Catarina - 2000-05

A correlação existente entre as variáveis analisadas, expressa através dos coeficientes de correlação r , é na verdade consequência do grau de interferência que os usuários do Pronaf têm na formação do PIB agrícola.

O montante do PIB de cada município é estabelecido a partir do valor dos produtos agropecuários nele produzidos, sendo a somatória de todos equivalente ao PIB agrícola do Estado. Assim, é de se esperar que municípios com maior valor de produção tenham valores de PIB mais elevados e com tendência a serem municípios com maior número de produtores rurais, o que pode ser visualizado na tabela correspondente ao anexo 1. Conseqüentemente, onde há maior número de produtores **tende** a haver um número maior de tomadores de empréstimos, o que explica a correlação direta entre PIB e valor do Pronaf, com significativa relevância.

Os valores de r só não são maiores porque a condição “maior valor de empréstimo implica volume de PIB mais elevado” não é uma constante, isto porque uma série de fatores intervenientes faz com que aquela tendência não seja uma regra.

São aspectos expressivos, dentre as várias possibilidades que contribuem para tal fato:

- flutuações das cotações dos produtos;
- diferentes condições climáticas durante o calendário agrícola das culturas;
- fatores de estímulo ou desestímulo à demanda dos recursos do Pronaf;
- diferentes proporções de valor agregado de cada um dos produtos etc;

A sistemática de procedimento aplicada ao valor dos empréstimos em relação ao PIB dos municípios também foi implementada em relação à arrecadação de ICMS, no sentido de verificar se este indicador demonstrava suscetibilidade do processo produtivo à aplicação dos recursos do Pronaf.

Como era de se esperar, esta análise indica resultados semelhantes aos obtidos com o PIB, conforme é possível verificar no quadro 11 e na figura 29 correspondente.

Quadro 11. ICMS da agropecuária e valor dos empréstimos do Pronaf - Santa Catarina - 2000-05

(t)	ICMS da agropecuária		Empréstimos do Pronaf		Razão Pronaf/ICMS (%)		Correlação ICMS x Pronaf (r)	
	Valor (mil R\$)	Varição ano (t+1)/t (%)	Valor (mil R\$)	Varição ano (t+1)/t (%)	No ano	1 ano de defasagem do ICMS p/ Pronaf	No ano	1 ano de defasagem do ICMS p/ Pronaf
2000	3.896.189,9	-	242.357,0	-	6,22	-	0,53	-
2001	4.651.786,4	19,4	301.767,7	24,5	6,49	5,2	0,50	0,54
2002	5.992.179,8	28,8	289.337,8	-4,1	4,83	5,0	0,55	0,51
2003	7.559.089,3	26,1	413.646,6	43,0	5,47	3,8	0,59	0,55
2004	9.506.922,8	25,8	668.749,2	61,7	7,03	4,4	0,60	0,59
2005	10.088.365,7	6,1	647.761,5	-3,1	6,42	6,6	0,52	0,58

Fonte: MDA, Secretária da Fazenda e Epagri/Cepa.

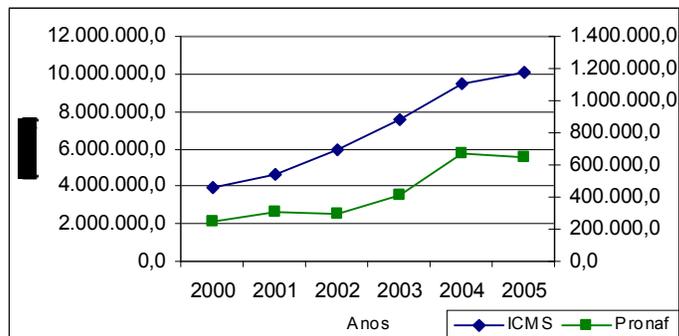


Figura 30. Evolução do ICMS agropecuário e dos recursos do Pronaf – Santa Catarina - 2000-05

A constatação de que as relações do PIB e do ICMS com o montante dos empréstimos do Pronaf obedecem a padrões similares têm sua origem nos mesmos fatores intervenientes, acrescidos, no caso do ICMS, a alguns outros aspectos específicos desta variável. Na verdade, é natural que isto ocorra, uma vez que o nível de autocorrelação entre PIB e ICMS é muito elevado.

No caso da produção agrícola e pecuária, considerando os produtos de maior captação de recursos para custeio do Pronaf (milho, soja, feijão, arroz, batata, fumo, mandioca, leite e suínos), a hipótese de que há existência de forte correlação entre as variáveis consideradas (área plantada, quantidade produzida e valor bruto da produção) e o montante de recursos do Pronaf não pode ser tomada como verdadeira, se for considerada em relação a todas as culturas simultaneamente. Isto porque somente duas culturas, o milho e a soja, apresentaram correlações significativas das variáveis analisadas em relação ao valor financiado pelo Pronaf.

Particularmente, no caso da cultura do milho, a influência do programa fica mais evidente, por ser esta grande demandadora de recursos do programa no Estado, respondendo por cerca de 44% do total do valor dos empréstimos do Pronaf a custeio agropecuário no período de 2000 a 2005.

É importante salientar que as variáveis analisadas também podem sofrer influência de outros fatores, tais como oscilações de preços, alterações climáticas etc., os quais, em diferentes medidas, podem influenciar em seu comportamento. Além disso, uma correlação expressiva de determinado produto, em âmbito municipal, pode não ser significativa em nível de estado.

Assim, o fato de a correlação entre determinada variável de um produto (área, produção etc.) e o valor do financiamento do Pronaf não apresentar coeficiente elevado, quando calculado para o Estado, não significa que em nenhum município esta relação não seja forte. Ou seja, apesar de a análise não apontar para uma forte relação causal entre área plantada, quantidade produzida ou valor bruto da produção e montante captado do Pronaf para o Estado como um todo, não quer dizer que não existam municípios em que esta relação seja significativa.

De qualquer forma, pode-se considerar que a cultura do milho em Santa Catarina, ao longo do período de 2000 a 2005, sofre influência significativa do Pronaf.

Tendo em conta os resultados obtidos nas análises e as conclusões a que elas levaram, considerou-se mais conveniente não implementar os procedimentos de análise multivariada, inicialmente considerados na proposta metodológica, entendendo que o que foi desenvolvido é o suficiente.

5 O PÚBLICO POTENCIAL PARA O PRONAF B

Conforme já comentado, a modalidade Pronaf B é pouco utilizado no Estado de Santa Catarina. Interessa determinar se existe público usuário potencial para o incremento do programa. Se este público existir, interessa também saber as razões da não utilização.

5.1 Considerações metodológicas para a determinação do Público Potencial para o Pronaf B

Para candidatar-se a modalidade B do Pronaf, o agricultor familiar tem de enquadrar-se, basicamente em três condições:

- renda familiar inferior a 3 mil reais por ano;
- 70 % desta renda deve ser oriunda da atividade agrícola;
- o empreendimento tem que ter área menor do que 4 módulos fiscais.

Já que é inviável fazer um levantamento de campo para localizar as pessoas que se enquadram como candidatos potenciais a utilização do Pronaf B, alternativamente é possível estimar esse contingente a partir de dados censitários.

Quatro bases de dados foram examinadas:

- Censo Agropecuário 1996;
- cadastro dos assistidos pelo Projeto Microbacias 2;
- LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense;
- Censo Populacional 2000.

A primeira base traz dados do ano de 1996 refletindo uma situação provavelmente já bastante alterada no momento atual. O número de propriedades rurais foi reduzido em cerca de 23% no período. O Censo Agropecuário que estará sendo realizado em 2007 será uma boa fonte para pesquisas futuras.

O Cadastro dos assistidos pelo Projeto Microbacias 2 talvez seja a fonte mais precisa, uma vez que a renda do empreendimento rural é calculada efetivamente a partir das atividades e do valor agregado pela produção. No entanto, esta base está incompleta. Mesmo que os registros de todos os assistidos, cerca de 110 mil empreendimentos estivessem disponíveis, somente a partir de simulações estatísticas seria possível estender a pesquisa a todo o contingente de propriedades.

O LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense é um cadastro completo dos empreendimentos, com descrição detalhada de todas as atividades. Na sua execução, no entanto, a descrição de algumas dessas atividades ficou comprometida e ainda há incerteza se será possível recuperá-los na integralidade. Além disso, seria necessário calcular o valor agregado no empreendimento, tarefa cuja complexidade talvez exceda ao próprio propósito desta pesquisa, que é determinar, mesmo preliminarmente o público potencial do Pronaf B.

O Censo Populacional 2000 é um cadastro completo de todos os domicílios, informando a renda e localização. Em relação ao propósito desta avaliação o Censo tem uma série de restrições metodológicas:

Os dados são do ano 2000. A evolução da economia e os investimentos em programas sociais, especialmente sobre o público alvo da pesquisa, indicam que houve alteração significativa da renda dos agricultores.

Não traz informações sobre a área do empreendimento. No universo do cadastro, não é possível descartar aqueles que excedem a 4 módulos fiscais. No entanto, a descrição da estrutura agrária do estado de Santa Catarina a partir do Censo Agropecuário e do LAC mostra percentual grandemente significativo das propriedades enquadrarem-se como propriedades familiares com menos de 4 módulos fiscais. Além disso, supõem-se que

dificilmente uma família residente em uma propriedade com área maior do esta tenha renda inferior a 3 mil R\$/ano.

O Censo registra domicílios. Outras bases de dados contam empreendimentos. Em relação a pesquisa, esta forma de registro não implica em dificuldades, pois a flexibilização do Pronaf tem permitido a participação no programa, mesmo sem o vínculo formal a determinada propriedade agrícola.

A renda, no Censo, é declarada. Naturalmente, essa informação não tem a mesma precisão que a contabilização da produção e dos insumos consumidos na propriedade.

Deve-se considerar que, no contexto rural, parte da produção de alimentos é destinada ao autoconsumo. Esta produção não é computada como renda. Graziano da Silva [p. 72] recomenda que se dividam as famílias de produtores rurais em duas categorias, aquelas em que o autoconsumo representa menos de 50% da alimentação e aquelas para as quais representa mais de 50%, acrescentando ao primeiro grupo 25% sobre metade da renda (avaliada como sendo empregada para a alimentação) e ao segundo, 75% sobre metade da renda. O percentual do autoconsumo varia muito no estado de Santa Catarina, dependendo da tradição étnica, do tipo de produtos cultivados, da tecnologia empregada e da distância em relação aos centros urbanos. Não há pesquisas sobre esses percentuais regionais. Na ausência de dados que permitam especificar esse parâmetro, avaliou-se, de forma genérica, que este percentual vem diminuindo e é menor do que 50%, implicando então incremento de renda de 25% sobre metade da renda de todas as pessoas classificadas como residentes no meio rural.

O Censo não distingue renda agrícola e renda não agrícola.

A pesquisa na base de dados do censo, considerou somente os domicílios rurais. Há uma grande polêmica sobre os critérios utilizados pelo IBGE para caracterização de rural e urbano, visto que a definição de perímetro urbano é estabelecida pela prefeitura do município [Veiga]. Estas falsas delimitações do rural e do urbano têm mascarado o verdadeiro tamanho da população rural. O IBGE, sabedor da controvérsia, em seu Censo Demográfico de 2000 introduziu, além da clássica definição rural/urbano, cuja extensão é definida por lei municipal, uma nova classificação:

- área urbanizada de vila ou cidade;
- área não urbanizada de vila ou cidade;
- área urbanizada isolada;
- rural - extensão urbana;
- rural – povoado;
- rural – núcleo;
- rural - outros aglomerados;
- rural - exclusive os aglomerados rurais.

Para este trabalho, utilizamos somente as categorias 7 e 8.

Mesmo com todas as ressalvas, os dados do Censo oferecem ferramenta indicativa. É, sem dúvida, temerário, por causa das limitações acima comentadas estabelecer o número preciso de possíveis usuários do Pronaf B. Mas mesmo considerando todas as limitações da fonte de dados e a distância temporal em relação atual, parece que as incertezas de caracterização e alterações de conjuntura se deram de forma muito semelhante em todo o estado de Santa Catarina.

5.2 Público Potencial a partir de Dados Censitários

Considerando as limitações metodológicas os dados do Censo Demográfico 2000 nos permitem, não contabilizar, mas apontar concentrações e percentuais de público possível beneficiário do Modalidade B do Pronaf.

A figura 31 apresenta mapa de Santa Catarina, destacando, por município o percentual de público potencial, a partir da pesquisa. O quadro 12 apresenta os números absolutos de

domicílios, total e potencial, para o Pronaf B e o percentual do segundo sobre o primeiro. O quadro 13 apresenta os mesmos resultados, por região, definida como área de SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de Santa Catarina.

O vislumbre do mapa e dos quadros mostra coincidência entre o público potencial do Pronaf B e a concentração da pobreza rural [Borchardt, p. 34], conforme se esperaria, visto que as fontes dos dados são as mesmas. Destacam-se as regiões noroeste e planalto.

Não esta no escopo deste trabalho apontar as causas desta concentração, mas apenas mostrar a sua localização, como subsídio para promoção de políticas públicas.

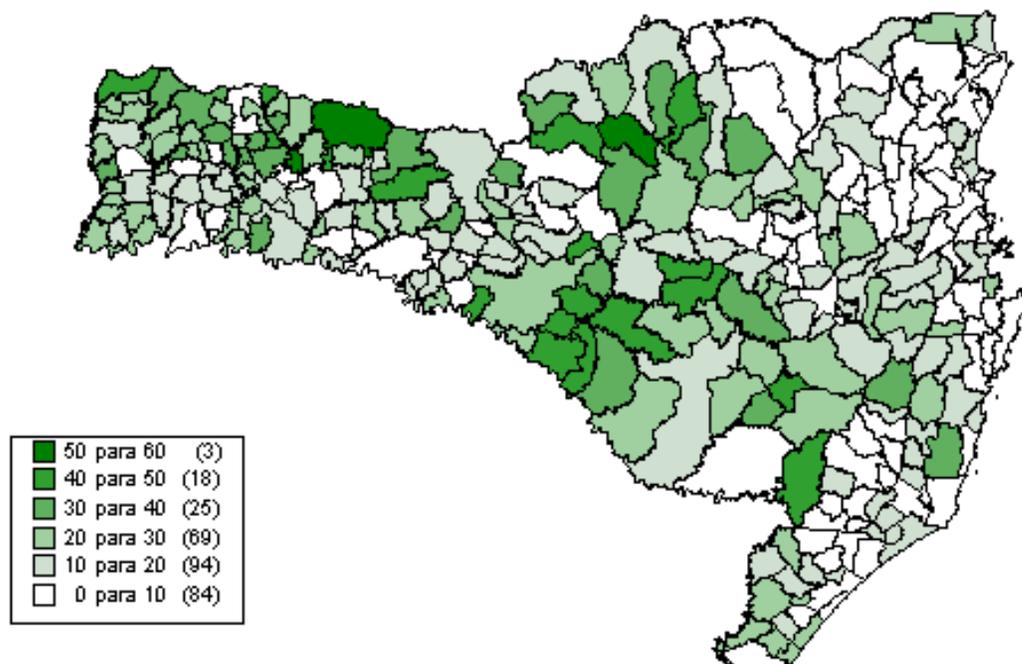


Figura 31. Distribuição Percentual do Público potencial para o Pronaf B nos Municípios de Santa Catarina

Quadro 12. Estimativa do Público potencial do Pronaf B nos municípios de Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Abdon Batista	546	219	40,1%
Abelardo Luz	2.268	1.235	54,4%
Agrolândia	821	223	27,2%
Agronômica	940	90	9,6%
Água Doce	1.015	166	16,3%
Águas de Chapecó	939	193	20,5%
Águas Frias	518	119	23,1%
Águas Mornas	971	105	10,8%
Alfredo Wagner	1.655	297	17,9%
Alto Bela Vista	440	83	18,8%
Anchieta	1.134	322	28,4%
Angelina	1.214	364	30,0%
Anita Garibaldi	1.483	632	42,6%
Anitápolis	557	205	36,8%
Antônio Carlos	1.247	74	5,9%
Apiúna	1.347	277	20,6%
Arabutã	851	74	8,7%
Araquari	446	6	1,4%
Araranguá	2.239	78	3,5%
Armazém	1.163	184	15,8%
Arroio Trinta	391	70	17,9%
Arvoredo	441	118	26,8%
Ascurra	260	17	6,5%
Atalanta	623	98	15,8%
Aurora	993	109	11,0%
Baln Arroio do Silva	60	2	3,0%
Baln Barra do Sul	-	-	0,0%
Baln Camboriú	-	-	0,0%
Baln Gaivota	444	128	28,9%
Bandeirante	609	193	31,6%
Barra Bonita	470	97	20,7%
Barra Velha	268	45	16,9%
Bela Vista do Toldo	1.291	445	34,4%
Belmonte	389	88	22,6%
Benedito Novo	1.101	101	9,2%
Biguaçu	1.369	66	4,8%
Blumenau	3.818	115	3,0%
Bocaina do Sul	696	199	28,5%
Bom Jardim da Serra	503	207	41,1%
Bom Jesus	268	129	48,3%
Bom Jesus do Oeste	467	121	25,9%
Bom Retiro	702	146	20,9%
Bombinhas	-	-	0,0%
Botuverá	807	114	14,1%
Braço do Norte	1.717	31	1,8%
Braço do Trombudo	408	94	23,0%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Brunópolis	550	191	34,8%
Brusque	778	42	5,4%
Caçador	1.778	68	3,8%
Caibi	824	148	17,9%
Calmon	487	209	42,9%
Camboriú	595	41	7,0%
Campo Alegre	1.262	203	16,1%
Campo Belo do Sul	930	309	33,3%
Campo Erê	1.085	329	30,3%
Campos Novos	1.662	423	25,4%
Canelinha	1.270	124	9,8%
Canoinhas	3.481	389	11,2%
Capão Alto	710	165	23,2%
Capinzal	1.302	14	1,0%
Capivari de Baixo	312	8	2,4%
Catanduvas	725	266	36,7%
Caxambu do Sul	805	168	20,8%
Celso Ramos	596	144	24,1%
Cerro Negro	835	353	42,3%
Chapadão do Lageado	591	79	13,3%
Chapecó	3.120	337	10,8%
Cocal do Sul	611	32	5,3%
Concórdia	4.534	306	6,7%
Cordilheira Alta	697	98	14,1%
Coronel Freitas	1.470	221	15,0%
Coronel Martins	470	171	36,4%
Correia Pinto	1.117	289	25,8%
Corupá	845	116	13,7%
Criciúma	1.838	42	2,3%
Cunha Porã	1.386	259	18,7%
Cunhataí	371	52	13,9%
Curitibanos	867	128	14,7%
Descanso	1.281	212	16,5%
Dionísio Cerqueira	1.461	646	44,2%
Dona Emma	495	79	15,9%
Doutor Pedrinho	390	56	14,3%
Entre Rios	545	322	59,0%
Ermo	380	94	24,8%
Erval Velho	565	107	18,9%
Faxinal dos Guedes	916	162	17,7%
Flor do Sertão	352	101	28,7%
Florianópolis	2.813	103	3,7%
Formosa do Sul	436	141	32,4%
Forquilha	984	28	2,9%
Fraiburgo	1.287	90	7,0%
Frei Rogério	637	187	29,3%
Galvão	451	130	28,8%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Garopaba	641	117	18,2%
Garuva	808	178	22,1%
Gaspar	4.761	87	1,8%
Governador Celso Ramos	231	62	27,1%
Grão Pará	737	54	7,4%
Gravatal	2.058	297	14,4%
Guabiruba	285	38	13,3%
Guaraciaba	1.590	265	16,7%
Guaramirim	1.341	90	6,7%
Guarujá do Sul	650	183	28,1%
Guatambú	948	323	34,1%
Herval d'Oeste	792	128	16,2%
Ibiam	400	79	19,7%
Ibicaré	648	140	21,6%
Ibirama	725	102	14,1%
Içara	2.382	152	6,4%
Ilhota	1.063	87	8,2%
Imaruí	2.739	950	34,7%
Imbituba	336	10	2,9%
Imbuia	844	92	11,0%
Indaial	525	21	4,0%
Iomerê	508	54	10,6%
Ipira	756	147	19,5%
Iporã do Oeste	1.208	324	26,9%
Ipuaçu	1.007	262	26,1%
Ipumirim	1.112	281	25,2%
Iraceminha	868	150	17,3%
Irani	856	226	26,4%
Irati	442	101	22,8%
Irineópolis	1.615	420	26,0%
Itá	868	111	12,8%
Itaiópolis	2.591	213	8,2%
Itajaí	1.192	36	3,0%
Itapema	286	8	2,8%
Itapiranga	2.087	570	27,3%
Itapoá	171	34	19,6%
Ituporanga	2.033	117	5,7%
Jaborá	728	107	14,7%
Jacinto Machado	1.692	410	24,2%
Jaguaruna	1.121	170	15,1%
Jaraquá do Sul	3.235	121	3,7%
Jardinópolis	281	104	37,1%
Joaçaba	627	118	18,8%
Joinville	2.673	178	6,7%
José Boiteux	703	197	28,0%
Jupia	396	159	40,2%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Lacerdópolis	288	14	5,0%
Lages	1.168	178	15,3%
Laguna	2.269	173	7,6%
Lajeado Grande	261	25	9,7%
Laurentino	479	48	10,0%
Lauro Muller	981	141	14,4%
Lebon Régis	1.223	465	38,0%
Leoberto Leal	838	206	24,6%
Lindóia do Sul	885	150	16,9%
Lontras	838	190	22,6%
Luiz Alves	1.543	83	5,4%
Luzerna	432	29	6,7%
Macieira	434	133	30,7%
Mafra	3.249	253	7,8%
Major Gercino	613	94	15,4%
Major Vieira	1.264	520	41,1%
Maracajá	552	78	14,1%
Maravilha	1.187	72	6,1%
Marema	379	27	7,1%
Massaranduba	2.141	187	8,8%
Matos Costa	502	181	36,1%
Meleiro	1.029	148	14,4%
Mirim Doce	315	42	13,2%
Modelo	440	83	18,8%
Mondaí	1.195	279	23,3%
Monte Carlo	314	129	41,2%
Monte Castelo	961	358	37,3%
Morro da Fumaça	752	103	13,7%
Morro Grande	524	138	26,4%
Navegantes	601	39	6,5%
Nova Erechim	486	86	17,6%
Nova Itaberaba	980	237	24,2%
Nova Trento	844	138	16,3%
Nova Veneza	1.125	71	6,3%
Novo Horizonte	596	120	20,2%
Orleans	1.865	64	3,4%
Otacílio Costa	338	118	34,8%
Ouro	805	124	15,4%
Ouro Verde	448	108	24,1%
Paial	439	110	25,1%
Painel	419	112	26,7%
Palhoça	1.325	44	3,3%
Palma Sola	1.216	431	35,5%
Palmeira	399	98	24,7%
Palmitos	2.133	64	3,0%
Papanduva	2.202	253	11,5%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Paraíso	850	208	24,5%
Passo de Torres	244	62	25,4%
Passos Maia	970	343	35,4%
Paulo Lopes	660	123	18,6%
Pedras Grandes	1.107	123	11,1%
Penha	453	25	5,5%
Peritiba	481	50	10,4%
Petrolândia	1.182	206	17,4%
Piçarras	394	70	17,7%
Pinhalzinho	781	87	11,1%
Pinheiro Preto	417	67	16,0%
Piratuba	598	155	25,9%
Planalto Alegre	432	70	16,2%
Pomerode	871	27	3,1%
Ponte Alta	391	185	47,3%
Ponte Alta do Norte	206	38	18,7%
Ponte Serrada	913	383	42,0%
Porto Belo	207	41	20,0%
Porto União	1.276	139	10,9%
Pouso Redondo	1.451	272	18,7%
Praia Grande	954	261	27,4%
Presidente Castelo Branco	417	38	9,0%
Presidente Getúlio	1.146	84	7,3%
Presidente Nereu	389	62	15,9%
Princesa	513	114	22,2%
Quilombo	1.438	437	30,4%
Rancho Queimado	409	76	18,5%
Rio das Antas	1.049	187	17,8%
Rio do Campo	1.095	221	20,2%
Rio do Oeste	1.073	64	6,0%
Rio do Sul	899	8	0,9%
Rio dos Cedros	1.386	193	13,9%
Rio Fortuna	739	39	5,3%
Rio Negrinho	996	59	5,9%
Rio Rufino	475	191	40,1%
Riqueza	981	156	15,9%
Rodeio	431	34	7,9%
Romelândia	1.133	296	26,1%
Salete	674	200	29,6%
Saltinho	777	257	33,1%
Salto Veloso	247	47	18,9%
Sangão	1.163	123	10,5%
Santa Cecília	756	161	21,3%
Santa Helena	480	120	25,0%
Santa Rosa de Lima	369	60	16,2%
Santa Rosa do Sul	1.293	216	16,7%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Santa Terezinha	1.730	664	38,4%
Santa Terezinha do Progresso	750	188	25,1%
Santiago do Sul	285	133	46,6%
Santo Amaro da Imperatriz	654	117	17,9%
São Bento do Sul	969	66	6,8%
São Bernardino	640	186	29,1%
São Bonifácio	656	155	23,7%
São Carlos	1.012	93	9,2%
São Cristovão do Sul	344	145	42,0%
São Domingos	1.066	225	21,1%
São Francisco do Sul	658	64	9,8%
São João Batista	1.055	145	13,7%
São João do Itaperiú	464	62	13,5%
São João do Oeste	1.050	165	15,7%
São João do Sul	1.625	350	21,6%
São Joaquim	1.918	161	8,4%
São José	470	25	5,4%
São José do Cedro	1.687	437	25,9%
São José do Cerrito	2.294	988	43,1%
São Lourenço do Oeste	1.510	77	5,1%
São Ludgero	650	52	7,9%
São Martinho	619	112	18,1%
São Miguel da Boa Vista	441	143	32,5%
São Miguel do Oeste	1.268	69	5,4%
São Pedro de Alcântara	419	94	22,5%
Saudades	1.313	224	17,0%
Schroeder	389	24	6,3%
Seara	1.543	97	6,3%
Serra Alta	521	26	5,1%
Siderópolis	765	39	5,1%
Sombrio	1.696	66	3,9%
Sul Brasil	605	229	37,8%
Taió	2.238	170	7,6%
Tangará	1.242	205	16,5%
Tigrinhos	438	117	26,7%
Tijucas	1.373	166	12,1%
Timbé do Sul	990	168	17,0%
Timbó	679	-	0,0%
Timbó Grande	924	529	57,3%
Três Barras	711	60	8,5%
Treviso	410	28	6,8%
Treze de Maio	1.330	146	11,0%
Treze Tílias	476	105	22,2%
Trombudo Central	742	128	17,3%
Tubarão	5.453	217	4,0%
Tunápolis	869	185	21,3%

Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
Turvo	1.411	251	17,8%
União do Oeste	571	141	24,6%
Urubici	967	267	27,6%
Urupema	378	113	30,0%
Urussanga	1.644	47	2,8%
Vargeão	541	79	14,6%
Vargem	546	219	40,1%
Vargem Bonita	761	121	15,9%
Vidal Ramos	1.205	228	18,9%
Videira	1.561	53	3,4%
Vitor Meireles	1.018	197	19,4%
Witmarsum	689	184	26,7%
Xanxerê	1.330	114	8,6%
Xavantina	818	159	19,4%
Xaxim	1.732	188	10,9%
Zortéa	145	59	40,5%
Total Santa Catarina	287.049	47.323	16,5%

Quadro 13. Estimativa do Público potencial do Pronaf B nas Regiões (SDR's) de Santa Catarina

Município	Total Domicílios Rurais	Potencial Pronaf B	% Pot Pronaf B /Total
São Miguel Do Oeste	18.815	4.629	24,6%
Maravilha	8.947	1.839	20,6%
São Lourenço do Oeste	8.601	2.229	25,9%
Chapecó	10.581	1.913	18,1%
Xanxerê	12.643	3.603	28,5%
Concórdia	15.766	2.213	14,0%
Joaçaba	8.436	1.332	15,8%
Campos Novos	4.759	1.462	30,7%
Videira	5.653	585	10,4%
Caçador	5.895	1.591	27,0%
Curitibanos	3.201	844	26,4%
Rio do Sul	12.044	2.002	16,6%
Ituporanga	10.785	1.655	15,3%
Ibirama	7.609	1.388	18,2%
Blumenau	13.962	634	4,5%
Brusque	7.025	861	12,3%
Itajaí	6.333	431	6,8%
São José	12.335	1.491	12,1%
Laguna	7.766	1.541	19,8%
Tubarão	19.282	1.509	7,8%
Criciúma	11.493	684	5,9%
Araranguá	15.132	2.451	16,2%
Joinville	5.489	568	10,4%
Jaraguá do Sul	7.951	539	6,8%
Mafra	12.231	1.405	11,5%
Canoinhas	10.141	2.154	21,2%
Lages	10.390	3.440	33,1%
São Joaquim	4.943	1.085	21,9%
Palmitos	8.842	1.243	14,1%
Total Santa Catarina	287.049	47.323	16,5%

5.3 Percepção dos agentes promotores do Programa

Para subsidiar a intenção de incremento da modalidade B do Pronaf, procedeu-se pesquisa de percepção, entre os agentes promotores, extensionistas da Epagri, através de entrevista, a partir de questionário. Este questionário foi aplicado a 42% do conjunto dos extensionistas.

5.3.1 Conhecimento da Agricultura Familiar e do Público Potencial do Pronaf B

Inicialmente, verificou-se o conhecimento do extensionista a respeito do seu público alvo: os agricultores familiares. Conforme mostra a figura sabe o número de famílias que formam a sua base de atuação. A figura 33 mostra que os mesmos extionistas avaliam que, do público conhecido, 7% são usuários potenciais do Pronaf B.

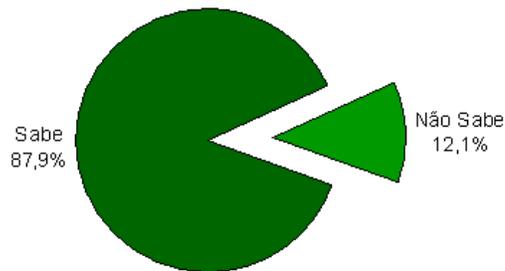


Figura 32. Conhecimento do público alvo do trabalho de extensão.

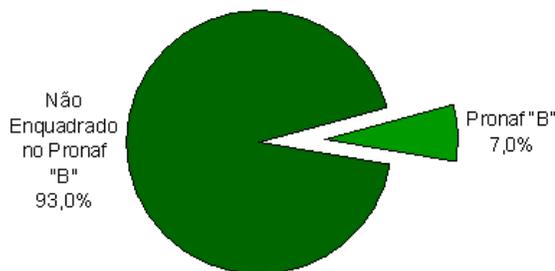


Figura 33. Conhecimento do público alvo do trabalho de extensão e Poencial usuário do Pronaf B.

Na avaliação dos extensionistas, conforme a figura 34, o público do Pronaf B tem pouquíssima participação em entidades associativas, mostrando que o baixo grau de organização desses agricultores os exclui do uso do programa, por falta de conhecimento, de gestão e reivindicação.



Figura 34. Participação do Público potencial do Pronaf B nas entidades associativas

Os extensionistas também consideram que os supostos possíveis usuários do programa são, em sua maioria, não proprietários

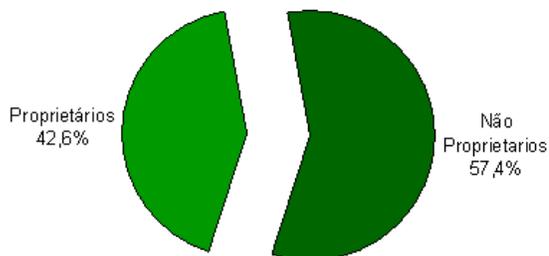


Figura 35. Condição de uso da terra

Também se verifica que este mesmo público não é assistido pelos serviços de assistência técnica e extensão rural.

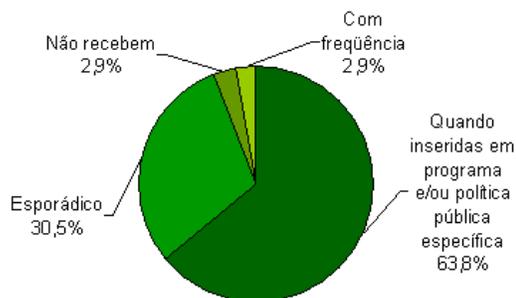


Figura 36. Assistência Técnica e Extensão rural prestada ao Público Potencial

5.3.2 Operacionalização do Pronaf

Noutro grupo de questões, avaliou-se a operacionalização do Pronaf. A intenção original das perguntas era determinar a percepção especificamente em relação ao Pronaf B. O pequeno número de operações na modalidade e as observações dos extensionistas mostrou que a percepção se aplicava mormente ao conjunto do programa.

Com relação a divulgação do Pronaf, os técnicos consideraram que, em seu meio a divulgação se dá mormente por documentos impressos, conforme a figura 37. Entre o público alvo, cresce a importância das reuniões.

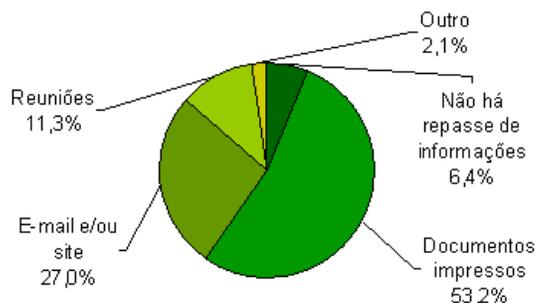


Figura 37. Forma de divulgação do programa entre os técnicos e extensionistas.

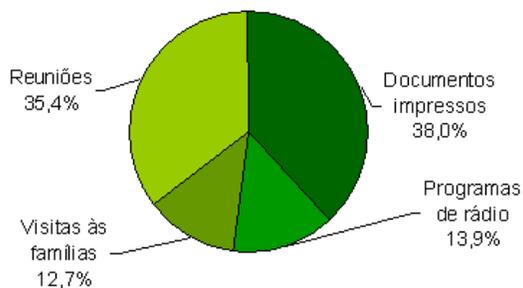


Figura 38. Forma de divulgação do programa no público alvo.

Apesar de a maioria dos entrevistados (figura 39) considerar que há promoção um processo de discussão do Pronaf no seu município, 22,5% apontam que ele não acontece mostrando que há espaço para incremento nesse processo.

O Epagri e os sindicatos foram apontados como entidades que atuam em maior grau na promoção do Pronaf.

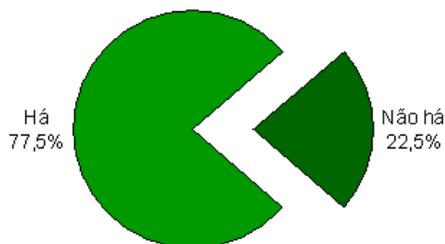


Figura 39. Promoção e discussão do Pronaf no âmbito do município..

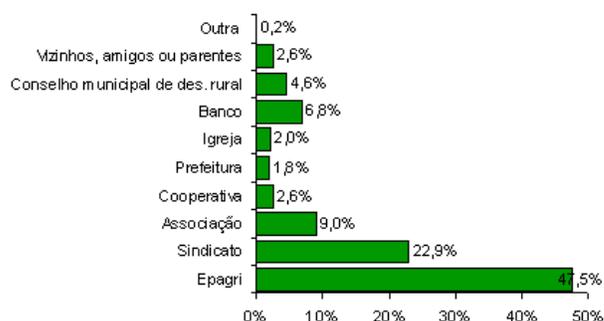


Figura 40 – Entidades promotoras do Pronaf no âmbito do município..

5.3.3 Os Contratos do Pronaf

Em relação aos contratos do Pronaf, modalidade B, realizados em seu município os extensionistas parecem conhecer o seu número. Alguns alegaram não conhecer o histórico no início do período questionado, por estarem a pouco tempo no escritório local.

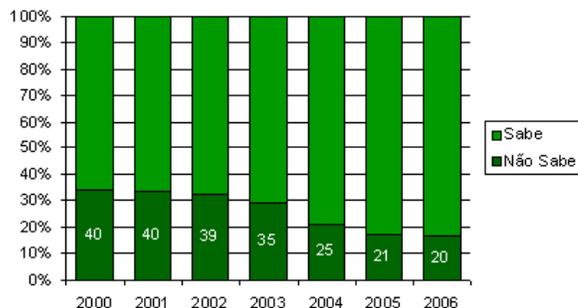


Figura 41 – Conhecimento do número de contratos do Pronaf B, no período 2000-2006

Questionados sobre os benefícios trazidos pelo programa, um percentual expressivo mostrou ceticismo em relação aos resultados. Pela subjetividade da questão e pelas observações dos entrevistados, parece que esta consideração é extensiva ao conjunto do programa. Há, portanto, espaço para melhorar a eficiência do programa e a expectativa dos técnicos.

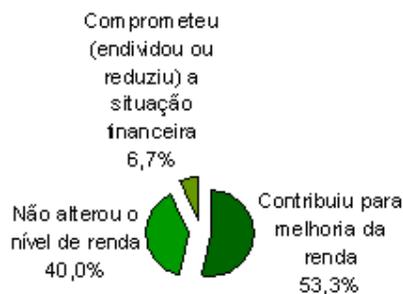


Figura 42 – avaliação dos benefícios trazidos pelo programa

As principais razões para as famílias com perfis do grupo “B” não assumam financiamento se concentram em desconhecimento, temor e dificuldades bancárias, conforme a figura 43. Essas mesmas evidências se apresentam no questionamento sobre as dificuldades de operacionalização do programa (figura 34).

Divulgação entre o público e desobstrução das dificuldades bancárias são, portanto, vertentes de trabalho para a otimização do programa.



Figura 43 – Principais razões que fazem com que famílias com perfis do grupo “B” não assumam o respectivo financiamento

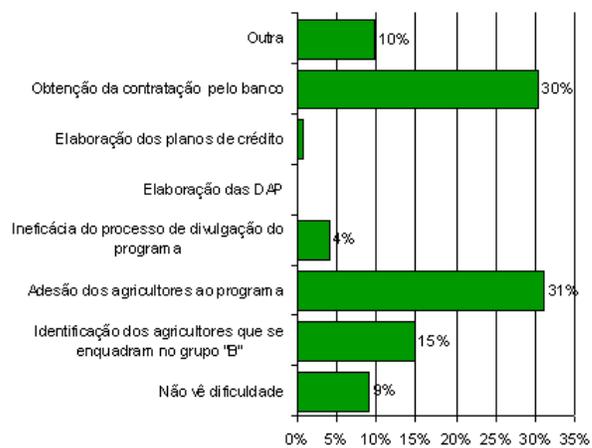


Figura 44 – Principal dificuldade de operacionalização do Pronaf "B"

6 CONCLUSÃO

O campo para investigação a respeito do Pronaf, que permita uma avaliação pormenorizada é bastante vasto. Vários estudos podem ser encontrados sobre o tema, embasados em diferentes métodos de análise. Entretanto, grande parte das avaliações realizada até o presente não é conclusiva, no que diz respeito ao impacto na renda e a melhoria do padrão de vida da população rural beneficiada.

Um programa da envergadura do Pronaf deveria ter, inerente ao seu planejamento, a proposta de um método único de acompanhamento e avaliação, possibilitando mensurar sua efetividade e capilaridade, periodicamente e de forma sistematizada. Com isto poder-se-ia comparar as condições sócio-econômicas dos beneficiários, antes e depois da captação de recursos, bem como o desempenho entre os diversos territórios abrangidos pelo programa. Assim, os resultados obtidos se tornariam mais claros e transparentes, tanto para os decisores de políticas públicas como para o público em geral, permitindo identificar entraves e efetuar eventuais correções de forma mais efetiva, como requer um programa desta natureza.

Tendo em conta limitações como a falta de dados desagregados em um nível de abrangência adequado à aplicação de determinados métodos estatísticos, a impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo para obter dados de suporte a análises específicas, a falta de tempo para um levantamento de informações mais apurado e diversificado, etc., optou-se por desenvolver o estudo utilizando-se de técnicas compatíveis com tais limitações. Em decorrência, o que se obteve é um demonstrativo da alocação dos recursos do programa no espaço catarinense, bem como uma avaliação do processo identificando tendências, procedimentos e conseqüências relativas à sua aplicação.

No que diz respeito à proporção entre os recursos captados para custeio e para investimento observa-se uma baixa adesão dos agricultores familiares de Santa Catarina a esta segunda finalidade de empréstimo. Isto pode indicar, entre outros fatores, alguma dificuldade de acesso ou um interesse menor por aquela modalidade de financiamento. Esta segunda possibilidade pode ser conseqüência de pouca necessidade de recursos (agricultor familiar mais consolidado), ou do elevado nível de exigências a que ficam submetidos os tomadores deste tipo de financiamento (alto grau de planejamento, clareza das necessidades, visão de futuro e maiores riscos). Estas dificuldades podem significar para o agricultor impedimentos à utilização dessa modalidade de crédito, diferentemente dos recursos para custeio, que tem uma aplicação mais direta e definida (geralmente insumos para produção).

No entanto, não se pode deixar de levar em consideração que, o Pronaf tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e, que o investimento é parte integrante e necessária a sua promoção, no sentido que é ele que deveria auxiliar na alavancagem desse desenvolvimento. Pode-se então inferir que o programa funciona muito mais como uma política centrada no “produtivismo” ou em resultados de curto prazo, do que na melhoria das condições sócio-econômicas da agricultura familiar a mais longo prazo. Estas condições estão relacionadas a variáveis mais amplas, como preços, boa inserção no mercado, qualidade do produto, que dependem, em muito, de investimentos feitos no estabelecimento e não somente do aumento da produção e produtividade.

Quanto ao impacto na produção e produtividade dos produtos financiados pelo programa, na análise feita a partir dos dados do LAC, na safra 2002/3, verifica-se que o programa continua direcionado ao financiamento das tradicionais commodities no estado, não aparecendo financiamentos expressivos em culturas ou atividades não tradicionais. No entanto, para as culturas financiadas, com exceção do fumo e da batata, observa-se que os beneficiários do programa atingem uma produtividade superior.

Verificou-se que o milho foi, disparado, a cultura que mais captou recursos do programa em Santa Catarina, perdendo apenas em 2000 e 2001 para a cultura do fumo. Verificou-se também que o programa, ao que tudo indica, é responsável pelo aumento de produtividade desta cultura no estado, já que no grupo de beneficiários do Pronaf, a produtividade do milho é maior que no grupo de não beneficiários.

Verificou-se também, muito embora em menor proporção, que a bovinocultura de leite apresentou um incremento de produção para os beneficiários do programa.

Isto nos dá uma idéia de que sob a ótica do direcionamento dos recursos para financiamento da produção, o programa ao financiar pesadamente commodities como o milho não estaria se diferenciando do padrão desenvolvimentista vigente. No entanto, isto não seria um fato ocasionado exclusivamente pelo programa, já que o rol de atividades possíveis de financiar é bem mais amplo, mas da forma como vem sendo desenvolvido o setor agropecuário no estado, historicamente baseado na cadeia de carnes e produção de commodities.

Quanto à influência dos recursos do Pronaf sobre indicadores econômicos agregados como o ICMs e o Pib agropecuários, verificou-se que a interferência dos recursos do Pronaf sobre eles deve ser analisada com muita cautela. Existe sim uma relação entre estas variáveis, bem como efeitos de uma sobre a outra, mas devido muito mais a fatores externos do que a uma interdependência direta do Pronaf. Estes fatores atuam sobre as variáveis, porém não impõem uma relação causal entre elas, o que faz com que a parcela do PIB e do ICMS que decorre diretamente dos financiamentos do Pronaf não possa ser mensurada a partir dos dados disponíveis.

A análise do perfil dos beneficiários do Pronaf aponta para áreas maiores, maior e melhor nível de organização e mecanização em relação aos não beneficiários. Conjugando isto ao fato de que, em Santa Catarina, os agricultores enquadrados nos grupos C,D e E, mas principalmente o grupo D, estão sendo mais atingidos pelo programa, a análise aponta para a idéia de que a lógica de captação dos recursos do programa está se dando na direção dos agricultores consolidados e mais organizados, muito mais do que para os agricultores familiares de baixa renda.

Isso reforça a idéia, de que, apesar de Santa Catarina estar entre os estados da União que mais utilizaram os recursos do Pronaf ao longo do tempo, há um grupo de agricultores familiares ainda marginalizados em relação ao programa, fato que fica claro ao verificar o número de contratos do grupo B, efetuadas no decorrer de todo período.

Percebe-se, no entanto, que o programa apresenta uma boa capilaridade, já que o financiamento da produção agropecuária abrange quase que da totalidade dos municípios catarinenses, em seus variados enquadramentos.

Considerando que o objetivo do programa é o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, é salutar enfatizar que ele é mais um instrumento a contribuir neste sentido e como tal, depende da forma como é conduzido para que atinja os objetivos pretendidos. Essa condução, por sua vez, é realizada por várias instituições públicas e privadas como os bancos, empresas de assistência técnica e planejamento agrícola, o próprio mercado, a organização dos agricultores familiares e outras. O que se observa é que o programa dispõe de recursos financeiros e tem, em sua proposta, possibilidade de aplicação em várias atividades, cabe as estruturas que permeiam essa agricultura familiar orientar e direcionar esses recursos da melhor forma para que ocorra o pretendido desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE CRÉDITO RURAL – 2000-2006. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 23 março 2007.
- BELIK, W. Avaliação e operacionalização do programa Pronaf Campinas/SP: Unicamp/Instituto de Economia. Disponível em:<[http.unicamp.br/artigos/artigo](http://www.unicamp.br/artigos/artigo)>. Acesso em: 15 março 2007.
- BORCHARDT, Ilmar. Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome. Florianópolis : SDS/Instituto Ceba/SC, 2003. 235p.
- FECAMP. Pronaf; estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do Pronaf. Campinas, 2002.
- SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter e TAKAGI, Maya (org.). Projeto fome zero: uma proposta de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, Outubro de 2001. 118 p. (www.icidadania.org.br)
- GUANZIROLI, C.E. Pronaf 10 anos depois:resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro2006>>. Acesso em: 15 março 2007.
- MATTEI, I. Impactos do Pronaf; análise de indicadores. Brasília: MDA/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- MANUAL DE CRÉDITO RURAL. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 29 março 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Programa nacional de crédito fundiário. Disponível em: <<http://www.credítofundiário.org.br>> . Acesso em 12 março 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Secretaria de Agricultura Familiar. Crédito fundiário. Crédito Rural do Pronaf. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 26 fevereiro 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. Secretaria de Agricultura Familiar. Crédito fundiário. Crédito rural do Pronaf. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 26 fevereiro 2007.
- TREVISAN, A . Programa de apoio e linhas de crédito para agricultura familiar no estado de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2006.
- VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Anexo – Questionário aplicado aos extensionistas

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES S/O PRONAF “B”

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf é uma das principais políticas públicas do país aplicada ao setor agrícola e pesqueiro, desde a segunda metade da década de 90. Neste período o programa investiu, em Santa Catarina, cerca de R\$ 3,5 bilhões relativos a mais 11 milhões de contratos em seus diferentes grupos e modalidades.

Cabe saber se a Agricultura Familiar tem respondido positivamente aos estímulos oferecidos pelo Pronaf, e se esta política tem sido eficiente em relação aos seus objetivos.

Com esta preocupação a EPAGRI, atendendo demanda do MDA, está realizando, através do Centro Epagri/Cepa, um estudo sobre o desenvolvimento do Pronaf em Santa Catarina, cujo objetivo central é avaliar os ganhos sócio-econômicos da agricultura familiar apoiada pelo programa, através de financiamentos agrícolas, assistência técnica e capacitação. Compõem este estudo duas linhas de trabalho: a primeira, que fará uma avaliação da efetividade do Pronaf em suas diferentes modalidades e grupos, e uma outra que realizará uma avaliação específica do Pronaf B.

Para embasar esta segunda proposição e responder importantes questões deste processo, a equipe de trabalho do Epagri/Cepa definiu, dentre outros procedimentos metodológicos, a realização de um levantamento de informações junto aos Escritórios Municipais da Epagri.

Este levantamento será realizado por meio do formulário anexo, cujo conteúdo, composto de onze perguntas, está dividido em três segmentos: o primeiro direcionado a alguns aspectos das famílias do Grupo B; o segundo trata sobre a divulgação e a disseminação de informações referentes ao Pronaf B e o terceiro refere-se a sua operacionalização.

Assim, solicitamos a compreensão de todos no sentido de cooperar com mais esta iniciativa da Epagri, voltada ao aprimoramento do principal instrumento de política pública da agricultura familiar.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Face a urgência e limitação de tempo, solicita-se que o questionário seja preenchido e enviado eletronicamente (via e-mail) para o endereço epagripronaf@epagri.sc.gov.br até 16/04/2007, considerando os seguintes aspectos:

As questões estão formuladas de modo a indicar a forma de como devem ser respondidas. Assim, existem nas questões itens para serem respondidos com “x” (assinalação entre parêntese “()”), outros com o preenchimento de um valor absoluto, um código numérico (questão “B-3”) ou um percentual, bem como alguns que devem ser respondidos através da especificação de um texto explicativo (itens contendo o campo “Especificar abaixo R: _____”).

Observar que a questão 3 do segmento “B” é para preenchimento com os algarismos (códigos numéricos) 1, 2 e 3. Assim, a resposta a esta questão poderá ser efetuada somente com “1”, em um dos itens, com “1” e “2”, em dois itens distintos, ou com “1”, “2” e “3” em itens diferentes.

Ao efetuar o preenchimento dos campos de resposta (“()”, “|_|” e “Especificar abaixo R: “), poderá ocorrer deslocamento de caracteres e/ou de linhas, por se tratar de um questionário

estruturado a partir de um arquivo Word. Entretanto, esta limitação não invalida o preenchimento.

É imprescindível que os campos do quadro “A – Identificação” (Município, Informante e Função) sejam devidamente preenchidos, antes do retorno do questionário.

A – Identificação (preencher)

Município:
Informante (nome):
Função:

B - Aspectos das Famílias (assinalar com “x” e/ou preencher)

1. Segundo seu conhecimento, qual o número famílias de agricultores familiares residentes em seu município e, destas, qual o percentual das que podem ser enquadradas como tomadoras de empréstimo do Pronaf “B”? (Obs: O conceito de agricultor familiar é o mesmo utilizado no Pronaf)

2. a - nº de famílias (total) = _____
 % de famílias do Pronaf “B” = _____
 b - () não sabe

3. Como você considera a participação das famílias que se enquadram no Pronaf “B” em entidades associativas? (Obs: Considere o mesmo conjunto percentual do item A-1 deste questionário)

- a - () ausente
b - () fraca
c - () razoável
d - () intensa
e - () não é possível avaliar

4. Das famílias que podem tomar empréstimos do Pronaf “B”, qual o percentual das que são proprietárias das terras em que atuam?

- a - proporção de famílias (%) = _____
b - () não sabe

5. Como você classifica a intensidade (frequência) do recebimento de assistência técnica das famílias enquadradas no pronaf “B” (efetivas e potenciais) no período 2000-06 (assinalar somente uma das respostas)?

- a - () não recebem
b - () esporádico
c - () apenas quando inseridas em algum programa e/ou política pública específica
d - () com frequência
e - () não é possível avaliar

C – Divulgação e Informação sobre o Pronaf (assinalar com “x” e/ou preencher)

6. O repasse de instruções normativas e operacionais do Pronaf “B” para os **técnicos e/ou profissionais** que atuam no programa ocorre, **principalmente**, por meio de **(assinalar somente uma das respostas)**:

- a- () não há repasse de informações

- b - () documentos impressos (folder, cartilhas, correspondências, etc.)
- c - () e-mail e/ou site
- d - () vídeo-conferência
- e - () reuniões “in loco” (apresentações, capacitações, cursos, seminários, etc.)
- d - () outro meio de disseminação – **Especificar abaixo**

7. O processo de divulgação e discussão do Pronaf “B” junto ao **público alvo** ocorre, **principalmente**, por meio de **(assinalar somente uma das respostas)**:

- a - () não ocorre
- b - () documentos impressos (folder, cartilhas, correspondências, etc.)
- c - () programas de rádio
- d - () visitas às famílias
- e - () reuniões “in loco” (apresentações/debates, capacitações, cursos, seminários, etc.)
- f - () outro meio de disseminação – **Especificar abaixo**

8. Enumerar, segundo o grau de importância, com **1** (mais importante), **2** (importância média) e **3** (menos importante) **até três** entidades que mais promovem e/ou conduzem o processo de discussão do Pronaf “B” no seu município.

- a - não há entidades promotoras/conductoras
- b - escritório local/regional da Epagri
- c - sindicato
- d - associação (de produtores, de desenvolvimento de microbacias – ADM, etc.)
- e - cooperativa
- f - prefeitura
- g - igreja
- h - banco
- i - conselho municipal de desenvolvimento rural (CMDR)
- j - vizinhos, amigos ou parentes
- k - outra – **Especificar abaixo:**

D – Operacionalização do Programa (assinalar com “x” e/ou preencher)

9. Informe no quadro abaixo o número de contratos do Pronaf “B” que, segundo seus registros e/ou conhecimento, foram efetivados em cada ano do período 2000-06 no seu município. Na hipótese da não disponibilidade de uma ou mais destas informações, assinale com “x”, na coluna (2 ou 3) e linha do ano correspondente, a razão de tal fato.

Contratos do Pronaf “B”

Ano	Número de contratos efetuados (1)	Razões do não registro do número de contratos	
		Não dispõe da informação (2)	Não foram efetuados contratos do Pronaf “B” (3)
2000			
2001			
2002			
2003			
2004			
2005			
2006			

10. De uma forma geral, a utilização dos recursos do Pronaf “B” pelos tomadores dos empréstimos (assinalar somente uma das respostas):

- a - () contribuiu para melhoria da renda das unidades familiares
- b - () não alterou o nível de renda das famílias
- c - () comprometeu a situação financeira das famílias (endividou e/ou reduziu sua renda)
- d - () não é possível avaliar

11. Assinale até três principais razões que, na sua opinião, fazem com que famílias com perfis do grupo “B” não assumam o respectivo financiamento.

- a - () desconhecem o programa e/ou seu funcionamento, em especial do Pronaf “B”
- b - () tem medos de assumir financiamento ou sentem-se excluídas social e economicamente
- c - () não têm interesse, por não visualizarem vantagens concretas
- d - () encontram dificuldades em obter a aprovação e/ou liberação do empréstimo
- e - () não dispõem da documentação necessária à emissão das DAP
- f - () outra razão – **Especificar abaixo:**

R:

12. Segundo sua percepção, qual a principal dificuldade de operacionalização do Pronaf “B” (assinalar somente uma das respostas)?

- a - () não vê dificuldade
- b - () a identificação dos agricultores que se enquadram no grupo “B”
- c - () a adesão dos agricultores ao programa
- d - () a ineficácia do processo de divulgação do programa
- e - () a elaboração das DAP
- f - () a elaboração dos planos de crédito
- g - () a obtenção da contratação do projeto pelo banco
- h - () outra – **Especificar abaixo:**

R: